

12ª Reunião Plenária Extraordinária do CONFEMA

01 de dezembro de 2009 – 9:30 horas

PAUTA

Expediente:

- I. Sugestão de inclusões na pauta.

Ordem do dia:

- I. Apreciação e Deliberação sobre contratação de **projeto básico para implantação de praça** na Rua Santo Expedito, Rua Mato Grosso, Rua Maranhão, Rua Mogeiro e Revitalização da Praça Luís Néri, nos Distritos de Perus e Anhanguera a ser financiados com recursos do crédito de carbono (Processo:2009-0.305.030-3);
- II. Apreciação e Deliberação sobre a proposta de contratação de **serviços para elaboração de projeto executivo para implantação do Parque Linear Ribeirão Perus**, utilizando recursos de crédito de carbono Processo (2009-0.290.785-5);
- III. Apreciação e Deliberação sobre a proposta de contratação do **Projeto executivo completo** para o **viveiro de mudas do Parque Anhanguera** (Processo : 2009-0158.906-0);
- IV. Apreciação e Deliberação sobre projetos candidatos a financiamento pelo Edital FEMA 07, projetos de número 29 ao 45;

Anexos:1

Pareceres dos projetos concorrentes ao Edital FEMA 07, de números: 29 ao 45

Parecer de 03 projetos da administração pública (Processos: 2009- 0.248.021-5, 2009-0.248.025-8 e 2009 – 02480.23-1)

Presidente Eduardo Jorge: Bom dia a todos, **12º Reunião Plenária Extraordinária do CONFEMA**, 1º de Dezembro, pauta. Expediente: Sugestão de inclusão da pauta.

Coordenadora Helena Magozo: Eu queria antes contextualizar para os conselheiros a seguinte questão, nós temos uma questão do Caixa da Prefeitura, em que nós temos possibilidade de reservar e empenhar recursos financeiros até o dia 04 de dezembro e nessa situação, considerando um recurso importante que nós temos ainda do FEMA principalmente a verba dos créditos de carbono que são destinados por lei a despesas de capital, nós tivemos ontem uma força tarefa na CAV dos projetos públicos para avaliar projetos de desapropriação do Parque Linear Perus e do Parque Linear Limoeiro que foram incluídos na pauta, e os processos chegaram para vocês agora. Então solicito o pedido de inclusão para esses processos de desapropriação, do Parque Linear Perus, e do Parque Linear Limoeiro, todos de acordo?

Orador não identificado: (incompreensível, não falou no microfone).

Coordenadora Helena Magozo: Também o Parque Linear Perus está muito presente na pauta, porque temos também incluída a contratação de serviço de elaboração de projeto executivo deste parque.

Cons. Luis Ferrua: Isso é uma pauta nova que não está?...

Coordenadora Helena Magozo: Não estava, é uma inclusão mesmo.

Presidente Eduardo Jorge: Bem, eu queria então dar prosseguimento, quero inclusive propor uma alteração na pauta, e colocar esse item das desapropriações em 1º lugar, porque é um item que a prefeitura tem condição de realizar ainda até amanhã, que é a data da comissão do... assim eu sei que todos eles, mas a desapropriação, principalmente, que nós temos que mandar ainda para DESAP, então esse aí é o mais urgente de todos, então eu vou propor que se aprecie direto as desapropriações, porque são apreciações mais simples, você não está discutindo projeto nem nada, é pura e simples desapropriações dos Parques Lineares para a questão de saneamento e combate a enchente nas regiões conforme previstos. Então eu vou propor a inversão da pauta, acolhendo a inclusão dos itens proposto pela Coordenadora Helena Magozo, entrar direto nas desapropriações.

Cons. Luis Ferrua: Você vai explicar?

Presidente Eduardo Jorge: Isso, a Helena vai explicar.

Coordenadora Helena Magozo: Na verdade são 3 processos que nós temos aqui, processo 2009 0331 794 6, 2009 0331 1839 e 2009 0282 712 6, esses 3 são partes de desapropriação do Parque Linear Ribeirão Perus e um processo 2009 0310 080 7 que é desapropriação do Parque Linear Limoeiro, eles estão com os resumos Márcia? Temos os processos à disposição e vocês estão recebendo o parecer da CAV, eles são muito semelhantes, porque tem o valor DESAP, a justificativa da desapropriação das áreas é a questão do aumento das áreas verdes nas áreas de crédito de carbono, e aí tem o parecer da CAV.

Presidente Eduardo Jorge: Só para ajudar os conselheiros, isso aí faz parte já da área prevista de implantação desses Parques Lineares, porque eles vão ser desapropriados por partes, são proprietários diferentes.

Cons. Mônica Borba: Então não teria assim a projeção do CADES? Já que nós vamos falar tanto hoje sobre isso, assim uma imagem dessas áreas desapropriadas, porque eu acho assim, nós vamos tomar uma decisão, mas para mim pessoalmente, se nós não teríamos nenhuma referência, assim de visual, de nós olharmos, vermos uma imagem de satélite, acho que para o conselho é muito importante, nós temos toda essa estrutura e nós nunca usamos, de Power Point e imagens.

Coordenadora Helena Magozo:Então, sabe o que aconteceu Mônica, é que nós temos uma dinâmica no conselho de muita rotatividade, quando nós começamos a discutir os créditos de carbonos, os Parques Lineares, o setor de planejamento veio justamente para contextualizar e dar a dimensão disso tudo, a Rosélia veio apresentar, apresentou acho que mais de uma vez, mas os conselheiros mudaram e nós não nos ativemos a isso, eu estou pedindo para localizar a Rosélia para ver se o pessoal do planejamento vem para estar apresentando então essa visão.

Cons. Mônica Borba: Então, o mandato do conselho é sempre de 2 anos não é isso?

Coordenadora Helena Magozo: Sim.

Cons. Mônica Borba: Eu acredito que seja importante a cada renovação nós temos algum seminário, nós havíamos falado isso em uma reunião inicial até, o que? O que é Márcia?

Coordenadora Helena Magozo: Mas de todo jeito Márcia, eu acho que com o crédito de carbono a Mônica tem razão, quer dizer, é um recurso importante, é um projeto importante de ampliação de área verde da cidade, nós podemos novamente estarmos explicando de uma forma mais integrada.

Cons. Mônica Borba: É podia retomar sim, mudou, tal, tem uma aula sobre isso, porque fica difícil não é?

Coordenadora Helena Magozo: Então vamos fazer o seguinte, para nós ganharmos tempo se vocês concordarem, passamos para a outra apreciação e deliberação, enquanto nós tentamos localizar a moça do planejamento, e eu peço desculpas, pelo imprevisto porque nós estamos atendendo agora, não planejamos, se não, ela já estaria aqui. Então apreciação e deliberação sobre contratação de projeto básico para implantação de 5 praças em Perus, que é a Santo Expedito, Mato Grosso, Maranhão, Mogeiro, a revitalização da Praça Luis Néri nos distritos de Perus e Anhanguera a serem financiados com recursos de crédito de carbono, eu vou também estabelecer um compromisso com vocês de falar com a subprefeitura de Perus porque aqui são áreas menores, mas que eles venham estar apresentando, como eles apresentaram anteriormente, todo esse quadro que é muito significativo, é muito importante, e é uma coisa que eu falei para vocês também, eles se dispõem e têm o maior prazer de estar recebendo o conselho, para nós estarmos fazendo uma vistoria, pelas praças que estão sendo implantadas. Podemos combinar a qualquer momento, talvez no começo do ano, que agora é uma época mais atribulada, combinar uma visita lá monitorada pela subprefeitura de Perus para nós

estarmos visitando essas praças, está bom? Vamos para a deliberação. Estão em um único processo com o parecer da CAV, é o processo 2009 0305 0303.

Orador não identificado: (incompreensível, não falou no microfone).

Cons. Mônica Borba: Está tudo em 1 só, das outras praças?

Coordenadora Helena Magozo: Estão todos os projetos básicos num só processo.

Cons. Mônica Borba: Então eu só queria retomar se aquelas orientações que nós já colocamos pelas praças.

Coordenadora Helena Magozo: Dá uma olhada no parecer, eu enfatizei com a CAV, dá um olhada se está contemplado no parecer da CAV, eu enfatizei muito, que devia já colocar isso na orientação do projeto básico.

Orador não identificado: (incompreensível, não falou no microfone).

Coordenadora Helena Magozo: Eu posso ler aqui para vocês o parecer do FEMA.

Cons. Mônica Borba: Eu só queria saber, nós ficamos de preparar umas premissas que seriam essas orientações do CONFEMA, em relação as condições sustentáveis, captação de água de chuva, as orientações básicas, onde está isso?

Coordenadora Helena Magozo: Então isso está... Márcia, busca a resolução das outras praças como está colocado, pois nós remetemos ao CONFEMA a resolução e na resolução nós colocamos os itens que nós discutimos aqui.

Cons. Mônica Borba: É dentro daquela perspectiva que nós íamos fazer, é um balanço que nós fizemos nesse semestre, isso é um ganho aqui desse conselho, então até para eu levar para minha Instituição e nós podermos divulgar a minha participação de nós aqui para vermos os resultados. Então assim, eu gostaria de ter isso aqui, quais são essas orientações de fato para nós...

Coordenadora Helena Magozo: Então o que nós podemos fazer, é cópia dessas resoluções, passar para vocês uma cópia e aí vocês terem exatamente o que aconteceu de ganho, o que foi contemplado nessas resoluções por sugestão aqui do CONFEMA. As resoluções são todas publicadas no Diário Oficial.

Cons. Mônica Borba: É isso que eu gostaria.

Coordenadora Helena Magozo: Bom, então eu vou ler o parecer técnico.

Parecer Técnico: A proposta refere-se a contratação de serviços técnicos para elaboração de projetos básicos para implantação de 03 praças, acho que são 5, são 05 viu, 05 praças, bom, 5 praças no Distrito Anhanguera e 1 praça no Distrito Perus, assim como do projeto básico a, aqui ele põe separado, de revitalização de uma praça no Distrito Perus, é que ele separou por Distrito as 03 no Anhanguera, 01 no Distrito Perus e um que é revitalização.

Proponente: Subprefeitura de Perus.

Valor Total: R\$ 149.830,23.

Análise e Avaliação da Proposta: Resumo da proposta, a proposta se refere a contratação de serviços técnicos de elaboração de projetos básicos, um enquadramento legal, a proposta se enquadra nas diretrizes do SISNAMA e do CADES, em especial quanto ao artigo 57 da Lei 14.887 é da reorganização da secretaria que determina explicitamente que os recursos do fundo especial de meio ambiente, desenvolvimento sustentável destina-se precipuamente a apoiar entre outros a manutenção, melhoria e/ou recuperação da qualidade ambiental, enquadramento nas estratégias de ação recomendadas pelo CADES, então estaria dentro, eu estou só sintetizando para não ler muitos números gente, mas está tudo aqui no parecer, se enquadra nas diretrizes referente a ação e conservação de áreas verdes e unidades de conservação, agora análise técnica da proposta.

Análise Técnica da Proposta: A justificativa técnica da proposta está fundamentada na necessidade de contratação da elaboração de projetos básicos para criação de praças na subprefeitura de Perus pela extensão total das áreas que compreendem ao todo 46.698,70 metros, é apresentado no processo um memorial descritivo dos serviços que estão sendo executados contendo as especificações do projeto, os produtos a serem entregues e os prazos, a análise do mesmo mostra que são coerentes com o padrão de projetos básicos contratados pela Prefeitura Municipal de São Paulo, análise econômica e orçamentária da proposta, a planilha de cálculos está embasada na tabela de cursos de SIURB EDIF referente a julho de 2009, por esse motivo os valores pedidos são coerentes com os preços praticados em projetos semelhantes contratados pela Prefeitura Municipal de São Paulo, não há nada a se opor quanto a isso.

Conclusão: Consideramos que a proposta atende aos critérios de seleção estabelecidas para a contemplação de financiamento do FEMA. Gente, eu queria pedir desculpa para o Francisco, pois é a primeira vez, como suplente, que participa de deliberação e pode estar confuso. Precisamos explicar os procedimentos de deliberação.

Cons. Luis Ferrua: Ele já veio uma vez.

Coordenadora Helena Magozo: Acho que na posse, mas ele passou rapidamente, e ele tinha uma reunião da Câmara Técnica de Cemitérios que ele coordenava. Então como acontece... Os projetos apresentados, tanto pelo poder público como pelas entidades privadas sem fins lucrativos, no caso das entidades privadas, respondendo a Editais do FEMA, nós temos já 8 Editais lançados, um só que está aberto ainda, o 8º, então esses projetos passam pelo que nós chamamos CAV Francisco, que é uma Comissão de Avaliação Técnica, que dá os subsídios técnicos e de viabilidade econômica dos projetos, para que o CONFEMA possa estar deliberando. O CONFEMA tem autonomia na deliberação. Então vamos para a deliberação dessa proposta que é de **"Projeto básico para implantação de 5 praças da subprefeitura de Perus, sendo 3 no Distrito Anhanguera, 1 no Perus, e o projeto básico de revitalização de uma praça no Distrito Perus"**. Os conselheiros que são favoráveis a aprovação da proposta de "Projeto básico para implantação de 5 praças da subprefeitura de Perus, sendo 3 no Distrito Anhanguera, 1 no Perus, e o projeto básico de revitalização de uma praça no Distrito Perus" levantem a mão. Então o **"Projeto básico para implantação de 5 praças da subprefeitura de Perus, sendo 3 no Distrito Anhanguera, 1 no Perus, e o projeto básico de revitalização de uma praça no Distrito Perus"** está

aprovado por unanimidade. Enquanto buscamos o pessoal do DEPLAN, eu pediria para que o pessoal técnico que vai apresentar o projeto do Viveiro no Parque Anhanguera, descesse ao CONFEMA.

Orador não identificado: (incompreensível, não falou no microfone).

Coordenadora Helena Magozo: Então gente, vamos para o 2º ponto da pauta, o projeto de desapropriação do Parque Linearque Linear Perus, vocês acham que já têm condições de estar discutindo ou cabe no mesmo caso do inicial e aguardaremos a técnica para esclarecer?

Cons. Luis Ferrua: Eu tenho algumas dúvidas além da área de desapropriação do projeto, você pode tentar me esclarecer? É... a primeira dúvida é que esse projeto ele já foi aprovado pelo CONFEMA em outubro de 2009, só que compreendia obras agora só está sendo apresentado o projeto básico, então a estimativa, só me corrige se eu estiver errada de 1.000.000 e meio compreendia aquela época, a um projeto que apresentava custo de obra mais... custo da elaboração do projeto executivo, agora ele volta só com o projeto executivo.

Coordenadora Helena Magozo: Deixa eu te explicar todo o processo desse projeto, há um equívoco na denominação do processo, inclusive nós tivemos um questionamento de DEPAVE, porque a subprefeitura que está contratando o projeto executivo do parque, é legal ela contratar o projeto executivo, a subprefeitura não poderia contratar obra para parque, porque isso é competência da secretaria do verde, está denominado erroneamente o processo, desde lá e quando foi apresentado era projeto executivo. Este projeto entra no caso de projetos já aprovados anteriormente pelo CONFEMA, mas que estamos retornando com os mesmos para seguir a formalização que o jurídico nos colocou. Quem iria executar esse projeto executivo seria a EMURB, a EMURB em um certo momento abdicou da possibilidade de estar realizando esse projeto, então hoje a FUPAM está sendo contratada para sua continuidade. O cuidado jurídico foi o de verificar verificar exatamente o que competia a EMURB entregar, checar que foi entregue e colocar complementação para essa contratação nova. Então é isso. Estaria voltando, primeiro por conta do ajuste da orientação do jurídico e nesse caso também porque é uma continuidade de uma contratação anterior. É projeto executivo, não é obra.

Cons. Zânia: Esse aqui é aquele que tinha uma previsão de remoção de um espaço da subprefeitura que... não é esse é outro?

Coordenadora Helena Magozo: Trata-se de liberação de espaço para o mesmo parque, mas não é o que estamos tratando aqui, nós estamos falando, nós estamos falando de projeto executivo do Parque Linear.

Cons. Zânia: Sim, mas a primeira vez que foi votado estava incluído essa remoção, não era da...

Coordenadora Helena Magozo: Não, não, remoção foi outro projeto, foi uma resolução à parte Zânia, não foi em relativa a esse projeto executivo.

Cons. Zânia: Só para resgatar, que eu não estou lembrando, a outra coisa é que no parecer aqui do jurídico, não está assinado e ele faz uma menção de que não há óbice à

contratação deste projeto pela Fundação, desde de que seja cumprida a previsão do decreto 44279/03 artigo 12, eu não achei aqui dentro do processo as justificativas, . que seria a caracterização da empresa, os estatutos, balanços.

Coordenadora Helena Magozo: Não é o estatuto da FUPAM?

Cons. Zânia: Não, só estatuto, mas assim, não tem aqui data nenhuma, eu não sei se essa diretoria está vigendo ou não, não tem balanço demonstrando que não tem lucro, enfim, e o próprio jurídico pede aqui que seja atendido aqui, que... então eu acho que ele não está em uma condição boa para nós votarmos. E um outro detalhe aqui, tem uma tabela de SIURB aqui, de preço que também não tem data, então fica difícil saber.

Coordenadora Helena Magozo:Então o que eu vou estar solicitando Zânia, é que uma pessoa da CAV que ficou mais concentrada neste projeto, o Otavio, se ele estiver em SVMA, peça para descer e podemos falar com os responsáveis na Subprefeitura.

Cons. Luis Ferrua: Mais uma perguntinha, a respeito desse mesmo projeto, a de inexequibilidade licitação está amparada em algum preceito legal?

Coordenadora Helena Magozo: Na lei das licitações prevê-se dentro da condição que a Zânia está colocando...

Cons. Zânia: É sendo que o jurídico fez esse adendo, aprovando desde que comprovados todos esses requisitos.

Cons. Luis Ferrua: Estão embasados em algum...

Cons. Zânia: Não, não estamos ainda, é esse o meu questionamento, não tem aqui parecer conclusivo.

Cons. Luis Ferrua: Não estamos embasados com o parecer do Departamento Jurídico que, é nos ampare, vamos dizer...

Cons. Zânia: Está ambíguo o seu parecer, está ambíguo.

Coordenadora Helena Magozo: Então, sinceramente eu não sei ao que se refere esse item, precisamos clarear, talvez o Francisco possa estar nos ajudando.

Cons. Francisco: ***

Cons. Luis Ferrua: Posso sugerir? Volta para a próxima reunião.

Coordenadora Helena Magozo: Está bem, o problema é o nosso prazo para execuções orçamentárias em 2009.

Cons. Luis Ferrua: Está cheio de sermões, virgulas e mas.

Coordenadora Helena Magozo: A Jamily que vai apresentar o primeiro projeto chegou. Quanto ao executivo do Parque Linear, por favor, chamem o pessoal da subprefeitura de Perus, o Renato, o Fábio, pois temos uma série de questionamentos dos conselheiros, a respeito do projeto.

Orador não identificado: (incompreensível, não falou no microfone).

Coordenadora Helena Magozo: Então vamos chamar a subprefeitura de Perus, eles vem para cá e nós deixamos mais para o final..

Cons. Luis Ferrua: Se eles não puderem vir hoje, eu sugiro que seja proposta...

Coordenadora Helena Magozo: São os principais interessados.

Cons. Francisco: ***

Coordenadora Helena Magozo: A Jamily, técnica do DEPLAN, do Planejamento chegou, ela trouxe um mapa, algumas plantas.

Cons. Luis Ferrua: Essa mapa já é conhecido, já o vimos. Esse mapa já foi apresentado em outra reunião.

Orador não identificado: (incompreensível, não falou no microfone).

Coordenadora Helena Magozo: Jamily, pode falar no microfone, por favor. Então nós estamos com a Jamily, a Jamily vai estar aí fazendo uma exposição sobre o Parque Linear Perus que hoje está em pauta para desapropriação e para o projeto executivo. Ela vai contextualizar, justificar a desapropriação.

Jamily: Então é o seguinte, esse traçado aqui em verde claro, é o traçado do decreto de utilidade pública e as áreas que já foram enviadas para o Departamento de Desapropriação são essas áreas daqui para baixo, então essas propriedades aqui com essa gleba maior, e essas glebas aqui, daqui até essa parte aqui e 2 lotes aqui na Travessa José de Oliveira, e esse outro traçado aqui é o que está restando para nós fazermos desapropriações.

Coordenadora Helena Magozo: ***

Jamily: Qual estrada? Desculpe, essa estrada aqui?

Cons. Francisco: Não, na vertical.

Jamily: Eu acho que essa estrada de Perus, deixa eu dar uma olhada no DUP, só um minutinho, aqui é a linha férrea na verdade, na verdade aqui não tem uma estrada, é a linha férrea e o córrego, o Ribeirão vermelho, é então é isso, as 4 plantas expropriatórias que foram enviadas para a DESAP, são as áreas daqui para baixo, tem uma área da Dersa, uma área da Família Psicaco, uma gleba aqui dos Badras, e do Nagibi, e essas áreas todas que são do Psicaco, elas foram enviadas para DESAP, assim nós podemos... é só mais mesmo para nós vermos as ruas mesmo, e essas áreas aqui estão restando nós fazermos a desapropriação, o CÉUS Perus fica aqui não é?

Coordenadora Helena Magozo: Então a opção também Mônica, foi primeiro se implantar o Parque nas áreas que já estão desocupadas no sentido da conservação das áreas verdes, para depois nós pensarmos nas áreas que estão densamente ocupadas porque aí vai envolver toda a questão do reassentamento, tem outras questões complexas

essas que vão estar aí envolvidas nos outros recursos de outras secretarias inclusive, que tem que estar contemplados para isso.

Presidente Eduardo Jorge: Outro ponto importante de contextualizar é que desde 2006 a Secretaria do Verde conseguiu aprovação do prefeito e depois conseguiu o FUNDURB, que é o Fundo de Reurbanização da Cidade de São Paulo, para começar uma diretriz de criação dos Parques Lineares aqui em São Paulo que isso nunca tinha sido feito, com exceção do Tiquatira, que foi feito na época da Erundina e do Covas, então isso era um trabalho que não estava sendo feito, então em 2006 a Secretaria do Verde levou essa possibilidade para o prefeito e para a Secretaria do FUNDUB e teve autorização para começar a implantação dos Parques Lineares, nós estamos com mais de 20 obras nesse momento na cidade inteira de 2006 para cá, alguns deles já foram entregues, sempre parcialmente, porque um Parque Linear isso que a Secretaria do Verde vem fazendo com o apoio do FUNDUB, você pega um rio que tem 4 ou 5 km de extensão, ele está ocupado por uma favela em 3 km, se eu quiser fazer o Parque Linear inteiro conforme seria o ideal, eu vou passar séculos e séculos e... então a estratégia nossa tem sido pegar as partes dos córregos que é possível implantar e você já vai implantando, já vai e quando é possível fazer o processo de habitação de ocupações vai fazendo, e com isso já se permitiu entregar alguns córregos parcialmente sempre, ele acabou de inaugurar um agora sexta-feira passada, dia da consciência negra lá no fim da cidade, na fronteira de São Paulo com Ferraz, que é o Parque da Consciência Negra, é a nascente do córrego e Itaquera que nasce lá na fronteira na cidade de Tiradentes com Ferraz, atravessa a Zona Leste inteirinha e vai chegar lá no Tietê, então é um rio grande, mas esse Parque Linear da Consciência Negra é nascente dele e essa nascente é limpa, então esse pedacinho 1km e meio, ele está completamente limpo e está com partes ali protegendo ele para o resto da vida, agora nós vamos continuar trabalhando até chegar no Tietê, então esse é um projeto que a Secretaria do Verde em conjunto com as subprefeituras vem implantando na cidade inteira, nesse caso específico, que esse será um dos pontos prioritários, porque o Parque Linear sempre tem uma função de reurbanização de recolhimento de adversidades de saneamento e de combates a enchentes, nesse caso específico a Secretaria do Verde tentou fazer esse Parque, como ele era muito complexo e grande em um contrato com a EMURB, os outros nós estamos fazendo nós mesmos com as subprefeituras, então esse aqui nós tentamos fazer com a EMURB, a EMURB começou o processo não deu conta, nós recuperamos o que a EMURB fez, encerramos o contrato e a partir daquilo que a EMURB fez nós continuamos o processo em conjunto com a subprefeitura, nós mesmos, já que a EMURB não deu conta de fazê-lo, e deve ter coisas mais importantes, então como tem pouca gente vai ser distribuído as pessoas para muitas coisas ao mesmo tempo, então nós ficamos na fila e como a fila demorava, muito pedimos de volta, pois como eu disse tem enchente todo ano aí, pedimos de volta, e aí seguiu o processo a própria secretaria do verde em conjunto com as subprefeituras de Perus, está tocando essa obra, grande parte dela está no processo ainda de você desapropriar as varias áreas, mas os proprietários são os mais variados, grandes, pequenos, médios, algumas empresas públicas, tudo isso é lapidado pelo pessoal do nosso DEPLAN; feita a planta expropriatória vai para DESAP, para o DUP, a DESAP dá o valor, o valor é negociado com o proprietário, o proprietário as vezes concorda, as vezes não concorda, as vezes pede perito na justiça, e aí nós vamos montando um quebra cabeça. Então esse Parque Perus aparece em 2 pontos da pauta, como disse a Helena, primeiro é no tal projeto executivo que vai dar a seqüência aquele trabalho inicial da EMURB pela subprefeitura, que vocês pediram para esperar a subprefeitura chegar até aqui para dar mais detalhes, e segundo é o processo de

continuar montando o quebra cabeça das áreas, então agora nós estamos com 3 ou 4 áreas que o DESAP concluiu o processo, e nós precisamos aprovar e mandar de volta para pagar ainda esse ano para realizar o orçamento esse ano porque é dinheiro que está disponível na secretaria do verde, pois se nós não realizarmos esse ano, vai para o ano que vem, vai atrasar todo o processo, é isso, é uma área importantíssima, é uma obra importantíssima para Perus, foi incluída no crédito de carbono porque é um recurso específico para essa área e tem sentido você pegar o dinheiro do FUNDURB que está sendo usado na cidade inteira, já que nós temos o dinheiro específico para essa área conforme o prefeito decidiu, mandar o dinheiro do crédito de carbono para essas áreas, então retirou do dinheiro do FUNDURB e colocou no dinheiro do crédito de carbono para liberar o dinheiro do crédito de carbono para outras áreas Butantã, Cidade Tiradentes, Itaim e etc, eu acho que ainda eu posso acrescentar nesse momento. Então aqui o que eu poderia perguntar a Helena se nós podemos encaminhar, no item 2 você pediu para o pessoal Perus vir até aqui, não é isso?

Coordenadora Helena Magozo: (Incompreensível, não falou no microfone.)

Presidente Eduardo Jorge: Então vamos continuar insistindo, porque eles são subprefeitura de Perus e tem a obrigação de vir aqui, mas nós esperamos a subprefeitura de Perus para ver essas questões que foram colocadas pela representante da Secretaria de Finanças, e, mas na questão do DESAP eu acho que pode votar, pois aí já não tem nada a ver com a subprefeitura de Perus.

Orador não identificado: (incompreensível, não falou no microfone).

Coordenadora Helena Magozo: Foi por conta disso que a Jamily desceu por solicitação da Mônica para explicar um pouco a contextualização física, o significado dessa desapropriação. Você tem algum elemento do Limoeiro também Jamily? O Limoeiro é na zona leste e a Jamily está mais voltada para essa outra área, não é Jamily?

Jamily: É eu trabalho um pouco mais com a Zona Norte. Mas trouxe material do Limoeiro.

Presidente Eduardo Jorge: Esse outro Parque também está, é da mesma natureza dessa questão de Perus, que como ele fica lá na região da Cidade Tiradentes e São Mateus, nós tiramos do dinheiro do FUNDURB e colocamos no crédito de carbono, porque pertence a São Mateus, o outro aterro, são os dois aterros, então você tem o dinheiro específico para gastar em Perus, Pirituba e em São Mateus, Cidade Tiradentes. Então não tem sentido você onerar o dinheiro do FUNDURB que é para o resto da Cidade inteira, nós vamos concentrar esse dinheiro do crédito de carbono para os Parques Lineares deles, e esse é um outro, só que fica na Zona Leste, lá na região de São Mateus, Cidade Tiradentes, é a mesma coisa do Parque de Perus, só que fica na região de São Mateus, Cidade Tiradentes, também todo o processo de desapropriação é preparado, é levado para a Secretaria de Negócios Jurídicos, eles analisam, dão o preço, negociam com o proprietário.

Orador não identificado: (incompreensível, não falou no microfone).

Presidente Eduardo Jorge: Não necessariamente, você pode fazer o Parque sem aquele pedaço.

Orador não identificado: (incompreensível, não falou no microfone).

Coordenadora Helena Magozo: Pessoal, falem no microfone. Francisco m, Francisco, fala no microfone, por favor

Cons. Luis Ferrua: O valor de mercado.

Cons. Francisco: A prefeitura faz uma avaliação prévia dela, e ela deposita e vai ao juiz, aí a parte pode concordar ou não, se a parte não concordar é feito um laudo pelo perito judicial que é um valor prévio, não é um valor definitivo, e aí a prefeitura tem duas opções, se ela depositar, ela fica com a posse, ou fica discutindo, mas em geral quando dá urgência e o valor é razoável, a prefeitura deposita e depois vai pagar a diferença através do sistema de precatórios, mas ela já fica na posse do imóvel, que havendo verba e havendo uma relativa concordância com relação ao valor é rápido o processo.

Presidente Eduardo Jorge: Tem sido rápido, porque com essa sistemática da Secretaria de Negócios Jurídicos os proprietários tem considerado de maneira geral o justo preço, agora as vezes não concordam, por exemplo, aquela área ao lado do Parque da Independência, o proprietário não concordou e aí a coisa está rolando na justiça.

Cons. Mônica Borba: E nos casos dessas áreas com grande adensamento que é favelas, esse pessoal vai para onde? Qual é a orientação?

Presidente Eduardo Jorge: Nesse caso não tem, são áreas que não tem ocupação.

Cons. Mônica Borba: Não, ainda no anterior ali, naquela área bem adensada, a esquerda ali, ao contrário de onde está o... não, para baixo.

Jamily: Aqui na região do CÉU tem uma área que está ocupada, que tem umas quadras ocupadas, aqui é a Fábrica de Cimento, e essa área aqui é uma área...

Cons. Mônica Borba: Essa área aí... Não a anterior, do lado esquerdo da estrada férrea, não, esquerda.

Jamily: Ah, mais essa área está fora do decreto não é? A princípio, o decreto é para essa linha que passa aqui, é essa área aqui é uma área maior e que não está ocupada, nem essa área não está ocupada, e nós fomos aqui até o córrego, nessa tirinha aqui que também não está ocupada, tem algumas construções aqui e aqui na região do CÉU que tem uma área bem ocupada e aqui a fábrica de cimento, então nós até agora que estamos em processo de emissão na posse, é essa área daqui para baixo, então no decreto de utilidades públicas tem 1.000.700.000 metros, mais de 1.000.700.000 metros, como nós estamos em processo de emissão da posse dessa área aqui para baixo tem mais da metade já.

Cons. Mônica Borba: Sim, mas não é muito estreito? Essa tripa entre uma ligação e a outra, assim, é o que é possível?

Cons. Francisco: (incompreensível, não falou no microfone).

Coordenadora Helena Magozo: A estratégia é isso, primeiro as áreas não ocupadas para preservar o verde ainda existente.

Presidente Eduardo Jorge: Você está colocando outra coisa, é porque que é tão estreitinho?

Cons. Mônica Borba: Por que é estreito, eu entendi, porque está super ocupada pelas pessoas, mas dentro do conceito de corredor e de Parque Linear, você na verdade você não está fazendo um corredor, está criando dois bolsões com uma tripinha no meio.

Presidente Eduardo Jorge: Porque aí significaria uma desapropriação de pessoas um número muito maior de famílias, aí um custo maior, um custo social maior.

Cons. Francisco: Aí remoção.

Presidente Eduardo Jorge: Aí remoção ,não é?

Cons. Mônica Borba: Então, mas se com o dinheiro do crédito de carbono que é um dinheiro considerável, nós não conseguimos fazer isso...

Presidente Eduardo Jorge: Oh Mônica, consegue, agora veja, além do custo financeiro tem o custo social...

Cons. Mônica Borba: Sim...

Presidente Eduardo Jorge: Veja, mas pode continuar discutindo isso porque o Parque começa, mas não termina nets e ponto,não é?

Cons. Mônica Borba: Exatamente...

Cons. Francisco: O que acontece é o seguinte, em geral você já tem que dar o lugar para ele ficar, então é uma operação de infra estrutura as vezes mais complicada do que a desapropriação não é?

Presidente Eduardo Jorge: Nós estamos fazendo isso em alguns outros Parques Lineares, por exemplo lá no Itaim Paulista nós fizemos isso , mas aí você tem que estar casado com o programa habitacional da Secretaria de Habitação, você tem que pagar o aluguel social, você tem que calcular a quantidade, agora por exemplo no Parque Linear do Alto do Tietê nós vamos remover 3.000 famílias, você imagina como vai ser uma operação dessas, faz já 3 meses que o pessoal lá está cadastrando pessoal, isso no meio da luta social, porque uma parte de pessoa não quer sair, aí se apóia em vereadores, deputados, levanta discussão, fica ou não fica, então em um caso como esses qual é a estratégia, avançar nas áreas já livres, ir consolidando, ganhando já o efeito positivo de combate a enchentes na região e ampliando o parque progressivamente, você pode inclusive fazer uma desapropriação naquele trecho intermediário e realocar essas pessoas, agora o custo social seria muito mais alto, é uma coisa que você tem que ver com mais cuidado e com mais vagar.

Coordenadora Helena Magozo: O aspecto da estratégia da subprefeitura também tem um aspecto que eu participei de uma discussão que foi interessante, é importante você concretizar alguma coisa inclusive poder trabalhar com essa população do entorno a questão da apropriação da área, porque por enquanto, enquanto nós fazemos desapropriação ainda é abstrato, concretamente você não está vendo o Parque implantado, então a implantação do Parque nessa área possível é considerado um

elemento para você poder trabalhar com a população o que significa, porque hoje pela questão de muitas carências, eles estão voltados para muitas outras demandas, que não incluem o Parque, o Parque é o elemento que vai melhorar a qualidade de vida deles, então tem um trabalho também integrado com eles para em outro momento poder falar de um outro ponto de vista, porque hoje, para eles, o Parque é supérfluo e a idéia é que eles venham a incorporar e valorizar essa área e inclusive possam exercer um controle social de preservação do parque, porque se você não tiver esse controle social, não existe controle ambiental, fiscalização que dê conta da preservação, pelo volume de pessoas envolvidas.

Presidente Eduardo Jorge: O que a Helena está dizendo é o seguinte, nas audiências públicas que nós enfrentamos lá para discutir esses assuntos, o que o pessoal de Perus queria é que nós construíssemos um hospital.

Presidente Eduardo Jorge: Nós enfrentamos em 2 ou 3 audiências públicas, uma pressão, gritaria, político, vereador dizendo não, o dinheiro tem que ir para o hospital, e nós não, hospital tem verba vinculada na Secretaria da Saúde para construir, mas para eles não, o dinheiro é tudo da Prefeitura é um dinheiro só, não a Secretaria da Saúde tem dinheiro vinculado, e esse dinheiro aqui é uma obra de caráter ambiental, de saneamento, combate a enchente, mas veja, para a Prefeitura, então isso que a Helena fala é muito importante, você apresentar um sinal de que a obra ambiental da resultados concretos e prioriza a qualidade de vida, possibilite inclusive avançar mais, e se eu consigo mostrar que essa obra saneou, diminuiu a enchente, deu acesso a um Parque em um lugar que não tinham, eu posso até avançar com a desapropriação, vamos dizer assim mais ampla, mas já provando ao povo que aquilo ali realmente dá resultados.

Cons. Mônica Borba: Então nessa perspectiva eu acho que seria muito importante que o FEMA tivesse um Edital propiciando que a consciência ambiental, sócio ambiental nessa região de ONGS de grupos que vão as escolas, porque se nós queremos criar essa consciência de percepção da importância que é um Parque, nós precisamos contar com os atores sociais que entendem dessa forma e muni-los para que eles ampliem de fato essa consciência mental, então nesse sentido eu acho muito interessante se o FEMA abrir um Edital para isso aí acontecer de fato, porque se não tiver realmente a valorização das pessoas do entorno esse dinheiro todo, mesmo com todos esse esforço pode voltar para trás, porque invade, então eu acho que seria interessante nesses casos existir um Edital específico para esse trabalho que o FEMA vem fazendo que já está um pouco disperso, que ainda não está mais coordenado com essas ações mais ampliadas.

Coordenadora Helena Magozo: Então, isso é uma necessidade que tem sido sentida na implantação de todos os Parques Lineares, porque o Parque Linear, no sentido de uma tradição que nós temos de áreas verdes, é revolucionário, é novo, no sentido de não ser uma área fechada, é uma área aberta que tem uma vinculação muito grande com toda estrutura da subprefeitura, então isso que a Mônica falou, nós temos até conversado com a Rose, com a Alejandra, a Alejandra tem colocado com o pessoal dela muito essa necessidade de se parar e se pensar fortemente nessa proposta. Inclusive nós tivemos por parte do núcleo centro-oeste o desenvolvimento de um projeto nessa linha lá no Parque do Sapé, antes da implantação do Parque, eles podiam um dia vir aqui e também estar apresentando esse projeto para nós estarmos sentindo mais concretamente como é

que isso podia ser definido, estabelecendo os termos de referência, é só fôlego gente, é só fôlego que falta.

Jamily: É então, o Limoeiro eu vou pedir desculpa porque eu não trabalho especificadamente nesse Parque, vou tentar explicar.

Coordenadora Helena Magozo: Não, o visual que você trouxe, é muito importante...

Jamily: O Limoeiro tem uma propriedade só, é um proprietário só que é a CPTM e a planta já está em DESAP, já tem laudo judicial, está nessa etapa.

Coordenadora Helena Magozo: Já está aprovado por DESAP, nós estamos aqui para o CONFEMA deliberar apoio do Fundo para ele.

Jamily: Então esse Parque na verdade ele só tem esse proprietário, então acredito que na minha opinião seja até mais simples, do que o Perus que tem vários proprietários e aí são vários processos separados, e o que nós sabemos, que eu sei esse Parque que está nessa fase.

Presidente Eduardo Jorge: Vocês vejam a importância dessa área, veja ali onde é que vai a ocupação e a pressão sobre ela, milagrosamente essa área ainda não foi invadida, ali está o rio não é?

Cons. Mônica Borba: Mas na verdade tinha que juntar aquele Parque com essa outra área verde onde está o rio ali, haver remoção também.

Presidente Eduardo Jorge: Sim, mas as coisas são como eu falo, tem que começar por um ponto, quando nós queremos fazer tudo, termina não fazendo nada, existe um princípio na administração que é um pensamento muito chinês, que quando você quer fazer nada, proponha fazer tudo, então isso aí você tem que começar por um ponto, e veja como é, olha a situação dramática entre a área verde e a ocupação.

Jamily: O limite está aqui em amarelinho, mas está bem clarinho

Coordenadora Helena Magozo: Então já podemos ir para a deliberação? Então nós vamos então para a deliberação, da “**Desapropriação das 3 áreas do Parque Linear Perus**” Fale no microfone, Eduardo.

Presidente Eduardo Jorge: Você fala desse rio aqui? Que vai chegar nesse outro maior aqui não é? Você tem razão que aqui deve ter outra área, a Alejandra deve ter outro projeto desse aqui não é? Estão falando desse riozinho aqui não é?

Cons. Mônica: É porque no mapa também não mostra o sentido que o rio está indo de onde para onde, nós não conseguimos...

Coordenadora Helena Magozo: Explicação...

Cons. Mônica: Trabalho não falta não é gente?

Coordenadora Helena Magozo: Então vamos para a deliberação primeiro então sobre a desapropriação dessas 3 áreas do Parque Linear Ribeirão Perus, então os conselheiros...

que é o de baixo, que é o maior. Os conselheiros que são favoráveis a aprovação do projeto de "Desapropriação das 3 áreas do Parque Linear Perus" levantem a mão, então o projeto de **"Desapropriação das 3 áreas do Parque Linear Perus" está aprovado por unanimidade.** Agora vamos para o projeto de "Desapropriação da área do Parque Linear Limoeiro" que é o processo 2009 0310 080 7 os conselheiros que são favoráveis a aprovação do projeto de "Desapropriação para o Parque Linear Limoeiro" levantem a mão, então o projeto **"Desapropriação para o Parque Linear Limoeiro" está aprovado por unanimidade.** Bom, então agora nós vamos para a proposta de contratação do Projeto Executivo Completo para o Viveiro de Mudas do Parque Anhanguera... Onde está o Diogo? Então nós temos aqui 2 grupos que estão diretamente relacionados a esse projeto, é o grupo do DEPAVE 2, que é o responsável pelos Viveiros, pela área de produção de mudas e pelos Viveiros e o DEPAVE-1, que é o setor de projetos da secretaria, nós temos o Diogo, o Ramiro, nós temos o Flávio, as outras 2 pessoas como se chamam? O Flávio, o Márcio e o Ricardo. Diogo, você precisa falar no microfone tá? É tudo gravado.

Orador não identificado: (incompreensível, não falou no microfone).

Coordenadora Helena Magozo: O que é LEPAC, Diogo resolva o nosso enigma, nos tranquilize.

Arquiteto Diogo: É Levantamento de Plano Altimétrico Cadastral.

Orador não identificado: (incompreensível, não falou no microfone).

Arquiteto Diogo: Bom dia a todos, eu sou o arquiteto Diogo, Coordenador de projetos e obras da região norte do DEPAVE- 1, vim apresentar então essa proposta de contratação do projeto executivo do novo Viveiro de mudas arbóreas do Parque Anhanguera, essa é uma solicitação da Construção de um novo Viveiro no Parque Anhanguera. Nós sabemos que os Viveiros que nós temos hoje em operação, por parte da Secretaria do Verde, eles são bastante sobrecarregados e o Parque Anhanguera... então nós temos a necessidade da construção de um novo Viveiro de mudas arbóreas e aí no processo nós temos um texto que é escrito pela Cyra Malta, a diretora do DEPAVE- 2, da divisão de produção e arborização que justifica a implantação de um novo Viveiro e ela explica o porquê da escolha do Parque Anhanguera. Vou adiantando aqui um pouco a estrutura da apresentação, então eu vou falar um pouco da justificativa da implantação do novo Viveiro, a escolha do Parque Anhanguera, a escolha da área de intervenção dentro do Parque Anhanguera, explicar um pouco dessa contratação do projeto executivo e as diretrizes de projeto de obras para a gestão desse Viveiro. Então aqui eu só peguei um trequinho dessa justificativa da Cyra, então ela fala que a implantação de um novo Viveiro de mudas, tem o objetivo de ampliar a produção de mudas arbóreas de espécies nativas para o atendimento das demandas tanto do município, de plantio nos Parques enfim, quanto o programa de arborização urbana, que implica na ampliação da cobertura vegetal de todo o município. A escolha do Parque Anhanguera levou dentre os principais critérios de análise o fácil acesso pelas duas grandes rodovias que nós temos ali próximas a Anhanguera e a Bandeirantes, além da restrição de circulação dos caminhões dentro da zona do centro expandido da cidade, então como esse Viveiro tem previsão de além da produção de mudas de receber as mudas dos TCAS, nos termos de compromisso ambiental, ele vai ter um fluxo muito grande de caminhões pesados, então era importante que ele ficasse em um área que não tivesse essa... que fosse uma área de

circulação restrita a caminhões e que fosse próximo a grandes avenidas, a essas duas avenidas, Anhanguera e Bandeirantes elas também fazem...oi? as duas rodovias perdão, elas fazem acesso ao Interior do Estado de São Paulo que também são as áreas onde você tem os principais centros de produção de mudas de árvores, nós temos também no Parque Anhanguera uma área grande, um Parque de grandes dimensões, embora um parque municipal que nós temos, e lá nós temos uma área que é grande e disponível que são as quadras de cultivo que é uma coisa importante, e... bom, a questão do TCA eu já comentei dentro da área do Parque, a área que foi escolhida para a implantação do Viveiro depois até o pessoal do DEPAVE- 2 pode falar um pouquinho mais da área em si, mas em termos gerais quanto a proximidade da estrada de Perus, que é o principal acesso do Parque, a área prevista dentro do plano diretor do Parque que é uma coisa que nós também estamos pensando dentro do DEPAVE- 1 é uma área que tem previsão para receber equipamentos, intervenções humanas diferentes das áreas de preservação ambiental, que são áreas restritas que estamos pensando para o Parque, tem um acesso independente, separado da área de visitação pública, o acesso a essa área se faz pela mesma via que dá acesso ao Centro de Reabilitação de Animais Silvestres que já está em construção, então nós aproveitamos a mesma obra de infra estrutura de pavimentação dessa via, ela já faz tanto acesso ao CRAS como ao Viveiro, então nós otimizamos a obra de infra-estrutura dentro do Parque, essa área escolhida ela apresenta um isolamento em relação aos outros equipamentos o que é muito importante porque a partir do momento que você tem uma grande circulação de caminhões pesados, isso gera ruídos, então nós poderíamos por exemplo colocar esse Viveiro próximo ao Centro de Reabilitação dos Animais, o ruído dos caminhões poderiam atrapalhar a criação, enfim, ou a recuperação desses animais no CRAS. A proximidade de um corpo d água, que no caso é um lago ali existente, um represamento, também contou bastante, nós... isso consta em termos de referências de contratação do projeto que a qualidade de água e evasão da água do lago elas vão ser estudadas uma outra contratação que é da rede de abastecimento de água do Parque todo, para nós termos um parecer técnico dizendo se nós podemos usar essa água, enfim, como podemos usar essa água, mas o fato é que para irrigação do Viveiro nós vamos exigir uma... nós vamos precisar de um grande volume de água, então a proximidade de um corpo d água é... e a utilização dessa água é bastante interessante, e a cobertura arbórea dessa região escolhida ela também vai ser importante porque grande parte da produção das mudas que vai ser feita ali, são de espécies secundárias e de clímax, então elas precisam de um sombreamento já para poderem desenvolver, então a idéia é aproveitar o sombreamento dessa cobertura arbóreas existente para fazer o cultivo dessas mudas. Em relação a contratação do projeto já em si o DEPAVE desenvolveu estudos e pesquisas referentes ao projeto como um todo e acabou aprofundando um pouco mais a parte de projeto das edificações, então um engenheiro que trabalhava em DEPAVE- G, desenvolveu um projeto, depois de pesquisar bastante, conversar com o pessoal do DEPAVE- 2, ver quais eram as necessidades deles, desenvolveu um projeto para as edificações com um programa bastante detalhado, e é detalhe dessas edificações até o nível básico, e aí desenvolveu também uma planta de referência para implantação desse Viveiro, imagino que dentro da contratação de obras a seria feito um Levantamento do plano altimétrico Cadastral, o LEPAC e das referidas sondagens para ver qual seria a melhor disposição no terreno dessas edificações, a idéia inicial era contratar já a obra de construção desse Viveiro e dentro da contratação de obra incluir os projetos executivos complementares, então tanto de implantação quanto da rede de água, de esgoto, infra-estrutura de elétrica, no entanto o DEPAVE acabou pensando, e isso já havia até montado

um processo para encaminhar essa contratação, no entanto o DEPAVE- 1 achou que era mais prudente, nós 1º contratarmos um projeto executivo para detalhar mais essa intervenção, então nós contratarmos um executivo que trouxe tanto os complementares as edificações que já existem em nível básico quanto ao executivo completo da implantação do conjunto todo e com esse executivo em mãos aí sim caminhar a obra de construção do conjunto, aqui na verdade está falando um pouco de tudo que eu acabei de comentar, essa contratação do projeto executivo completo ela abrange também além de todas as soluções gráficas que constam nas pranchas, elaborações dos memoriais de projetos de obra, a elaboração das planilhas quantitativas e orçamentárias e as memórias de cálculos. Então a partir dessa contratação do executivo, o DEPAVE- 1 vai receber todo o material essencial para depois contratar a obra do Parque e aí tendo em mãos essas memórias de cálculos as planilhas já bastante detalhados e fiéis ao projeto, nós conseguimos aqui garantir em uma segunda etapa uma obra mais limpa, uma obra mais executada de acordo com o projeto menos onerosa, com menos imprevistos, e então o que nós estamos comentando é que então nós incluímos nessa contratação de projeto executivo completo, os serviços de levantamento do plano aritmético de sondagem, que são os serviços essenciais para nós podermos detalhar o projeto do executivo, aqui falando rapidamente então do que consta aqui nessa contratação, então nós estamos pedindo para esse projeto de implantação geral, a planta de implantação geral, processo geométrico do sistema viário *** posto, do projeto topográfico resultante com os inundamentos e movimentação de terras, projeto de instalações elétricas, instalações hidráulicas, e de esgoto, projeto de drenagem a planta de compensação ambiental por conta das emulsões arbóreas necessárias, e as primeiras quantitativas, memoriais e descritivos, aqui a planta de referência que nós estamos oferecendo para implantação geral é, então na verdade esse desenho aqui ele foi feito em cima de uma base topográfica antiga que tinha do Parque, ela não é uma base fiel, por isso nós estamos contratando o levantamento de plano alto e métrico, e aí o desenho final da implantação vai ser feito mais em função do levantamento alto e métrico respeitando existente, do em cima dessa, essa planta foi fornecida como um modelo a ser entendido esse funcionamento do Viveiro, então nós temos aqui o bloco da administração e as salas de germinação, o edifício de depósito, edifício garagem, o edifício de envasamento, as estufas e aqui as quadras de cultivo, na verdade uma implantação bastante simples, e a idéia foi tentar aglutinar o máximo as edificações para nós não termos um maior controle da gestão dessas edificações do futuro, é... aqui é um pouco, isso tudo está detalhado dentro do memorial de projetos, aqui eu coloquei alguns itens só que nós fomos puxando do memorial e falamos sobre as questões da qualidade do projeto. Então em relação as movimentações de terras, então nós pedimos que sejam minimizadas, e as soluções tanto de arquitetura de engenharia para o sistema viário sempre prevê de um *** das áreas, evitar estruturas pesadas de contenção, evitar ao máximo a remoção da cobertura vegetal, sempre procurar o melhor recurso aproveitando o relevo e as árvores existentes, o projeto de drenagem deve prever a drenagem tanto das áreas das edificações como das áreas de cultivo, essa drenagem ela deve prever que as águas pluviais coletadas elas infiltrem no solo e em separado da drenagem das áreas de cultivo que possam vir a receber alguns tipos de tratamento químico adubo ou pesticida, de modo que se algumas dessas substâncias foram usadas, que elas tem uma drenagem e encaminhamento para a rede de esgoto separado da água pluvial, aqui o projeto de hidráulica que nós colocamos alguns itens, então que a parte de irrigação deve prever o uso da água, do corpo d água, desde que seja possível, desde que tenha um parecer favorável e a água de reuso que vai

chegar a partir do CRAS, no CRAS nós estamos desenvolvendo um projeto de tratamento do esgoto que vai ter como água resultante uma água passível que pode ser usado na irrigação dessas mudas, aqui para os projetos das edificações, então nós temos ali do lado esquerdo o programa básico que é do edifício da administração, edifício de embasamento, a garagem para os tratores maquinários, depósitos, estacionamento, as estufas, as quadras de cultivo, e a caixa d'água principal desse conjunto, e aqui a direita os projetos que também nós elencamos para cada uma dessas edificações, então nós colocamos ali o projeto de arquitetura básico, plano de fundações do projeto estrutural, instalações elétricas hidráulicas, projetos de aquecimentos solar para água, e as planilhas dos memoriais, depois mais para frente eu vou também puxar, nós fomos elencando a partir do memorial, os tópicos que nós colocamos em relação a essa questão da qualidade ambiental do projeto, então o que está previsto para o aproveitamento de assolação e ventilação natural, vou ler depois lá mais adiante, aqui são as plantas, algumas das plantas que nós colocamos em apresentação do projeto básico das edificações, essa então é a administração que é o maior edifício, ele concentra tanto a parte administrativa, quanto a parte de sanitários, a parte de apoio aos funcionários com refeitório, copa, e a sala de germinação e outras atividades do DEPAVE- 2, aqui a edificação do envasamento na verdade essas outras edificações são bem simples, mas na verdade elas são grandes galpões, a idéia também desse projeto, é ter espaços que você pudesse ter uma atratividade ao longo da gestão desse Viveiro, então esses galpões eles tem uma estrutura bastante simples e você pode dividir a parte interna de acordo com o uso que for necessário ao longo do tempo, isso também foi uma demanda colocada pelo pessoal do DEPAVE- 2 na época das conversas que definiu o programa, aqui o edifício do depósito, com depósito separado para partes de materiais de adubo, e outras partes de materiais para envasamento, a garagem com a mesma estrutura, a parte do trator outra parte para o picador e moedor de galhos, aqui alguns detalhes construtivos, então esse projeto que tem aí, na verdade ele normalmente já se contrataria a obra com esse projeto, mas nós achamos que seria mais prudente nós contratarmos o nível executivo, então detalhar ainda mais esse projeto, aqui algumas outras plantas complementares também que já existem e aí também um coisa que eu acho que é importante explicar, que isso me consta no memorial, esse projeto básico que nós tínhamos em mãos com o qual nós já podíamos contratar a obra mas nós não encaminhamos dessa forma, ele já foi concebido pensando em algumas soluções arquitetônicas e sustentáveis ao aproveitamento de luz natural, ventilação natural, mas ele não avançava muito em outras tecnologias, então em relação a especificações da rede elétrica, em relação aos sistemas de aquecimento solar, ele não avançaria muito em relação a isso, então nós entendemos que contratar o projeto executivo é em cima desse projeto básico, então pegar esse projeto e desenvolve – lo ainda mais, dentro dessa contratação seria uma oportunidade de nós especificarmos ainda mais, equipamentos e tecnologias que trouxessem uma eficiência maior dessas edificações, coisa que se nós fossemos contratar direto a obra desse projeto já não poderia mais fazer, então aqui eu puxei alguns desses itens apontados do memorial, então em relação as instalações hidráulicas elétricas, devem prever soluções sustentáveis, relacionadas a racionamento, aquecimento solar, circuitos independentes de iluminação, especificações de lâmpadas que economizam energia, buscando a máxima eficiência energética e de ventilação, é que me fugiu a palavra, de conforto térmico da edificação. Aqui nós falamos então que toda legislação deve constar no memorial em relação ao procedimento dos materiais, a limpeza e organização do canteiro de obras, o descarte dos resíduos, então o memorial de obras já deve trazer também um pouco essa estratégia da

obra, de modo que a obra, que não só o projeto da edificação seja um projeto sustentável, mas que a obra também seja uma obra de desenvolvimento do canteiro de obras sustentável. Aqui nós falamos um pouco da gestão desse equipamento, isso na verdade nem é tanto em relação ao memorial da presente contratação, mas é mais em relação a como o DEPAVE- 1, DEPAVE- 2 estão entendendo a implantação desse equipamento da secretaria, então que essa questão de nós termos um equipamento com uma gestão sustentável, ele deve vir tanto na concepção desse projeto no desenvolvimento do projeto, na obra de construção, mas também e principalmente na gestão desse equipamento, ao longo do tempo, então aqui nós falamos um pouco das questões dos métodos e procedimentos de trabalho, que os funcionários do Viveiro e o gestor do Viveiro vai ter que comandar ao longo do tempo para nós garantirmos que tudo que foi pensado dentro do projeto e na obra, isso seja respeitado ao longo do tempo, e que nós não tenhamos aí... não perca isso ao longo dos anos. Na verdade então era isso que nós tínhamos para colocar, é uma área próxima, não é bem a área, lá já é uma área próxima ao CRAS. Então eu falei super rapidamente, eu não queria tomar muito o tempo de vocês, aí eu estou aberto a dúvidas e perguntas que vocês tem, pois aí fica até mais fácil de esclarecer as ...

Coordenadora Helena Magozo: Então nós temos o Diogo, o Ramiro, temos o pessoal também do DEPAVE 2 que é do Viveiro, que estão às ordens para esclarecimento aos conselheiros.

Cons. Luis Ferrua: Tenho umas perguntinhas a vocês, é, qual é a área que isso vai ocupar no total? Área física?

Arquiteto Diogo: Então como área física nós...

Cons. Luis Ferrua: Não estou falando da construção, estou falando do total.

Arquiteto Diogo: Então, nós não temos isso ainda fechado por...

Cons. Luis Ferrua: Aproximado.

Arquiteto Diogo: Aproximado, é

Ramiro: ***

Coordenadora Helena Magozo: Fala Ramiro, fala no microfone.

Ramiro: Ramiro, arquiteto também do DEPAVE- 1, a área de LEPAC, o plano altimétrico cadastral, acho que são aproximadamente 70 000 metros

Cons. Luis Ferrua: Queria acrescentar a isso uma segunda perguntinha. Em porcentagem quanto corresponde a isso no Parque Anhanguera.

Arquiteto Diogo: No Parque Anhanguera, tem... deixa eu ver...

Cons. Luis Ferrua: 4.000?

Arquiteto Diogo: 9.000.000 e meio de uma ***, em porcentagem agora vai ser... mas é aproximadamente 1%.

Cons. Luis Ferrua: Não, tudo bem ,é pequena.

Cons. Luis Ferrua: (incompreensível, não falou no microfone).

Ramiro: São, acho que 950.

Cons. Luis Ferrua: A minha preocupação, tem uma certa razão em ser, o Viveiro Manequim Lopes ocupa 48 000 metros do Parque do Ibirapuera, certo, que na verdade eu não vou dizer que não deveria estar aí, ele está aí, mas hoje está em uma localização imprópria, existe alguma intenção nessa 3º pergunta em transferi-lo para lá?

Arquiteto Diogo: Acho que até o pessoal do DEPAVE- 2 poderia falar melhor, mas do que foi passado para nós pela Cyra Diretora do DEPAVE- 2, é que a partir da construção desse viveiro, nós poderíamos desafogar bastante o Manequinho Lopes, e talvez não com a intenção de tira-lo totalmente de lá, mas de aliviar bastante o trabalho que é feito nele hoje, não estar sobrecarregado.

Cons. Luis Ferrua: É até para responder a alguns munícipes, 48 000 metros quadrados o que em relação ao Parque do Ibirapuera, é uma parcela significativa.

Arquiteto Diogo: É uma coisa importante colocar que hoje, um dos principais viveiros que recebem mudas de TCAS, é o Manequinho Lopes, não é? E lá nós temos uma área bastante grande que é só para armazenar as mudas de TCAS, o que passaria a ser feito agora tudo no Viveiro do Anhanguera.

Coordenadora Helena Magozo: Eu queria que o pessoal do viveiro falasse, mas também das conversas que eu participei, que eu sou curiosa e participo das conversas até chegar aqui. O Flávio pode estar complementando. Primeiro o Viveiro, ele antecedeu ao Parque Ibirapuera então tem importância histórica, ele é tombado. Outro aspecto, tendo outras áreas para que você possa planejar e racionalizar essa distribuição toda de mudas, pode-se reforçar, não só restringir a isso, mas reforçar o aspecto educativo de recebimento de escolas, o trabalho de educação vai ter mais espaço, mais condição de ser desenvolvido de uma maneira mais forte, mas Flávio, complementa que você que é o responsável, substituindo a Cyra.

Flávio: Meu nome é Flávio, sou engenheiro agrônomo responsável pelo manejo do Viveiro Manequim Lopes especificamente, bom, só complementando a resposta daquelas primeiras perguntas . Então os 7 hectares em 450 equitares que é a área total do Parque Anhanguera, isso dá 1,5%, o Viveiro Manequim Lopes com 5 equitares, arredondando em 150 que é a área total do Parque Ibirapuera, isso dá 3%, então o Manequim ocupa 3% da área do Ibirapuera e o futuro Viveiro do Anhanguera ocuparia 1,5% da área do Anhanguera, com respeito assim, não sei se eu entendi bem, mas me corrijam, desativar o Viveiro Manequim Lopes para que suas atividades sejam desenvolvidas no Parque Anhanguera não é propriamente esse o objetivo do projeto porque o Viveiro Manequinho Lopes, ele na sua essência, ele produz plantas Herbáceas e Arbustivas, não espécies arbóreas nativas, os nossos 3 viveiros que nós temos hoje em operação na cidade o Viveiro de Cotia, que é localizado no Parque Cemucam no qual o Márcio é engenheiro florestal responsável, esse sim tem uma característica de produzir as espécies arbóreas de espécies nativas nas árvores, e bem, aí concordando com a fala do colega a idéia é que apenas as árvores que hoje ocupam esse espaço no Viveiro Manequinho Lopes que são 2

quadras que nós temos no Viveiro Manequim Lopes, de aproximadamente 700 metros, cada quadra, ou seja, 1500 metros, dos 50 000 metros hoje, são ocupados por árvores oriundas de TCAS do termo de compromisso ambiental, então, neste sentido, faz parte sim do planejamento, que elas sejam depositadas como foi dito já na apresentação, sejam depositadas e mantidas no futuro Viveiro Anhanguera, até pela facilidade de acesso não é? Por que a maior parte delas são originárias daquelas regiões ali, de Bragança, próximo dali, e desativar o Viveiro Manequim Lopes nem poderia, porque ele é tombado pelo patrimônio histórico, e antes mesmo do Parque Ibirapuera existir, o Viveiro, não é? Na verdade o Parque Ibirapuera existe porque o Viveiro Manequim Lopes, existia ali, e não o contrário, não foi o Viveiro que ocupou uma parte do Parque, mas o Parque que ocupou uma parte do Viveiro, porque ele até era maior do que ele é hoje, tudo bem? Acho que podemos dar continuidade.

Coordenadora Helena Magozo: Tudo bem, Mônica.

Flávio: Só mais um detalhe, e o Viveiro Manequim Lopes ele também é aberto a visitação pública, e hoje ele recebe escolas e tem visitas monitoradas, então também tem esse papel muito importante na questão da educação ambiental.

Cons. Mônica Borba: Bom eu queria parabenizar o projeto, e eu tenho varias contribuições principalmente em relação a questão da planta hidráulica, é... me espanta ainda nós termos uma planta onde a água cinza, ou seja, a água servida com sabão, está misturada com esgoto, então isso assim para mim, eu acho que nós temos que fazer isso como é que tem que ser feito, corretamente, separar o esgoto da água cinza, tem que ter um tratamento biológico para os 2 localmente, e não temos que jogar isso na rede pública, nós, em um parque que existe todo esse espaço, nós temos que dar referencia inclusive para as visitas das escolas que essa é a forma correta de tratar água servida e esgoto, e não fossa séptica como está ali, para mim, realmente é um ponto nefrálgico ali que deveria ter alteração. Outro é a captação da água de chuva, não tem capacitação de água de chuva, então também nós não podemos aprovar em um viveiro, em um lugar com toda essa proposta, toda essa preocupação sem captação de água de chuva, então são essas questões, acho que assim, não pode chegar nesse ponto sem ter isso, vocês tiveram todo esse cuidado, porque que não teve isso, eu acredito que vocês saibam melhor disso do que eu, e em relação a questão da parte elétrica que você falou, tal, eu acho que tem que ter além do aquecedor solar a questão da iluminação durante o dia, daquelas garrafas, soluções simples e baratas, nada sofisticado, mais aqueles litros de luz que são as garrafas que você coloca e traz, como se fosse uma lâmpada de 60 watts no dia de luz, então essas seriam as minhas recomendações e eu não vi em legislação o quesito acessibilidade se os banheiros, eles tem acesso para cadeirantes, alguns banheiros acredito que devam ter, pois eu não consegui encontrar... é isso.

Arquiteto Diogo: Posso comentar? Agradeço bastante a sua ajuda, a sua contribuição, e na verdade quando eu falei que nós íamos tomar essa decisão de pegar esse projeto, que era um projeto que na teoria nós já podíamos contratar obra com ele e quando fomos contratar o executivo era justamente com essa intenção, esse projeto ele foi desenvolvido em DEPAVE há uns 2 anos atrás, então quando ele chegou nas nossas mãos já para contratar a obra, nós observamos tudo isso e falamos não, não tem como, então é por isso que nós explicamos esse procedimento, nós pegamos esse projeto porque já tinha um histórico bastante interessante de desenvolvimento por conta dos respeitos a demanda do

DEPAVE- 2, dos estudos de áreas enfim, e aí estipulamos, encaminhamos essa contratação do executivo em cima dele, para nessa contratação, nessa complementação, nesse detalhamento, nós podemos inserir então essas outras questões detalhadas, as questões de sustentabilidade de forma correta, então todas essas questões que você colocou, a parte hidráulica, o tratamento dessas águas, o aproveitamento da água de chuva, a questão das instalações elétricas, de ventilação, de iluminação, tudo isso nós queremos agora melhorar e especificar nesse projeto executivo, então é importante deixar claro que a nossa idéia não é construir o que está aí nesse projeto, até porque em termos de obras, por mais que a Lei permita que nós contratemos uma obra com esse nível de detalhamento, nós sabemos que não é o suficiente, nós sabemos que para uma obra correr corretamente sem desperdícios, sem improvisos, o ideal é termos as especificações, em nível executivo de projeto, então na verdade nós aproveitamos as duas coisas, vamos detalhar mais para ter uma obra menos onerosa, menos improvisada, e a partir desse detalhamento que nós vamos ter essa oportunidade de mudar algumas especificações, nós inseriremos então essas novas tecnologias, algumas soluções que são fundamentais como você colocou.

Coordenadora Helena Magozo: O que falta hoje é nós termos lugares de referência de sustentabilidade em espaços públicos. Ramiro, quer falar alguma coisa? Vocês querem falar? Conselheiros querem falar alguma coisa?

Cons. Mônica Borba: Oi? Não na verdade não sei se vai ser votado ou não, mas essas questões tem que estar inseridas parece que estão sendo contempladas.

Coordenadora Helena Magozo: Nós procedemos da seguinte forma, Francisco, nós deliberamos com as recomendações inseridas pelo Conselho.

Cons. Francisco: ***

Coordenadora Helena Magozo: Pois é, é isso que nós estamos falando.

Orador não identificado: (incompreensível, não falou no microfone).

Coordenadora Helena Magozo: Você quer falar alguma coisa Flávio? Márcio? Ricardo? Algum conselheiro quer falar mais alguma coisa? Vamos em frente então para a deliberação? Então nós vamos para a deliberação da "Proposta de Contratação do Projeto Executivo Completo para o Viveiro de Mudanças do Parque Anhanguera", e aí independente das questões de sustentabilidade que o Diogo havia colocado, nós vamos então estar recomendando a especial atenção do projeto da separação da água de esgoto, da água cinza, do aproveitamento da água de chuva.

Cons. Mônica Borba: Tratamento biológico.

Coordenadora Helena Magozo: Tratamento biológico para os 2 em local acessível, captação da água de chuva, soluções sustentáveis e mais econômicas de iluminação diária, você está falando durante o dia também não é Mônica? E a acessibilidade, mas isso é Lei, sem a acessibilidade você não tem o projeto aprovado hoje, isso é Lei, tem que passar por Comissão de Acessibilidade, é isso? Então com essas recomendações, nós vamos para a deliberação. Então os conselheiros que são favoráveis a aprovação do projeto "Proposta de Contratação do Projeto Executivo Completo para o Viveiro de Mudanças

do Parque Anhanguera”com as recomendações citadas, levantem a mão. Então o projeto **“Proposta de Contratação do Projeto Executivo Completo para o Viveiro de Mudas do Parque Anhanguera” está aprovado por unanimidade.** Muito obrigada, aí aos colegas. Agora enquanto a subprefeitura não chega, nós vamos...

Cons. Luis Ferrua: Não vai chegar.

Coordenadora Helena Magozo: Esperamos que cheguem. Preciso conversar com vocês, eu fiz meia lição de casa viu Mônica, completa eu não fiz, que é também nós fazermos um balanço dos projetos públicos das recomendações isso eu não fiz, o que eu consegui fazer para hoje foi, a equipe, foi o levantamento de quantos projetos já foram deliberados no Edital 06 e no Edital 07, quantos faltam, e uma perspectiva de deliberação, que lógico, é flexível, de repente pode um assunto tomar mais a nossa pauta. Nós temos que ter condição plena de estar deliberando. Então até o momento nós temos a seguinte situação, do Edital FEMA Nº 06,são projetos para as APAS, certo? Nós recebemos 60 projetos, já foram deliberados 32, aprovados 7 projetos e o valor total dos projetos até o momento aprovados, o total.

Cons. Mônica Borba: E os não aprovados? São 32 – 7, é isso?

Coordenadora Helena Magozo: Isso, é isso, mas eu só coloquei aqui o valor total dos projetos aprovados.

Cons. Luis Ferrua: O que é?

Coordenadora Helena Magozo: Aqui o valor total que eu estou colocando, são os projetos aprovados no momento, o.k, Mônica? R\$ 1.000.053 ,134, o valor total dos projetos, parte do FEMA e a contra partida, então restam 21 projetos, sendo que desses 21 projetos nós temos a perspectiva de estarmos deliberando no dia 15, porque nós temos reunião agora nessas duas últimas terças- feiras, dia 8 e 15 de dezembro, dia 15 teríamos mais a deliberação de 7 projetos, então restariam esses outros. Do Edital FEMA Nº 07, nós recebemos 184 projetos, já foram deliberados 28, aprovados 9. Até o momento, o valor total financiado é de R\$ 882.375,72, então restam 106 projetos, então a conta que nós fizemos é a seguinte: no dia 15 de dezembro,que é a nossa ultima reunião de 2009, no dia 15/12 nós vamos ainda ter, isso nós estamos pensando em 20 projetos por dia, pode ser demais, vocês falam, olha são 10, acatamos, é só para nós termos um norte. Ajude , Márcia fala da estatística do Edital 7.

Márcia: Então do FEMA 07, entraram 184 projetos, 28 já foram deliberados, 9 aprovados então se nós fizermos no dia 1º de Dezembro, no dia 8, no dia 15 e mais os projetos que nós estamos pensando, vão restar 106 projetos.

Cons. Mônica Borba:Para 2010?

Márcia: Isso para 2010,que nós já fizemos a tabela de 2009, 2010, aí os do FEMA 06, também foram recebidos 60, já foram deliberados 32, 7 foram aprovados, e se nós colocarmos mais.

Coordenadora Helena Magozo: 7 foram aprovados?

Márcia: Isso, 07, do dia 15, vão restar 21 para 2010, ou seja, nós vamos começar o ano restando 21 do FEMA 06 e 106 do FEMA 07.

Coordenadora Helena Magozo: Entraram 127 não é? São 127 restantes, nós calculamos então, colocando 20 por dia que é uma perspectiva alta, dariam 6 reuniões, nós colocamos 07, vamos supor que nós vamos precisar de mais 1 ou 2, não é problema só para nós termos uma perspectiva disso, até 2 de março de 2010, tendo reuniões semanais as seguintes, 12/01, nós vamos ter uma folga no reveillon certo? 12/01, 19/01, 26/01, 02/02, 09/02, aí tem o carnaval, 23/02, 02/03 e talvez mais 1 ou 2 que nós vamos ver, nós damos conta do Edital, em Março nós damos conta do Edital 06 e 07.

Cons. Mônica Borba: Está aberto o 8 não é?

Coordenadora Helena Magozo: Oi?

Cons. Mônica Borba: O 8 está aberto, não é?

Coordenadora Helena Magozo: Sim, está aberto o 8, e já a partir de março na seqüência, os primeiros que chegaram nós recebemos 3 projetos porque nós tivemos a prorrogação, e muita gente ligou e adiou a entrega . Mas 3 entidades encaminharam até o dia 30, antes da prorrogação,então começam a entrar também os do Edital 8, em Março, em Abril.

Cons. Mônica Borba: Mas é, eu acho que é muito importante nós termos tudo que nós fizemos e o que nós vamos fazer, porque eu acho que também tem uma coisa assim, essa visita em Perus, nós irmos em loque, algumas coisas, acho que é importante também nós termos um tempo para isso, porque senão nós ficamos só nessa coisa de aprovação e nós precisamos de...

Coordenadora Helena Magozo: Nós precisamos se comprometer , combinar o seguinte, nós vencemos o 6 e 7 no começo do ano, porque aí nós temos que reservar os recursos para execução, não dá para parar, e terminando o 6 e o 7, nós combinamos uma data e nós vamos fazer as visitas locais, podemos ficar 1 dia lá por Perus, e depois nós veremos a questão também da zona leste, mas os recursos tem sido ainda mais destinados a Perus... Pois não? Pode falar.

Cons. Francisco: ***

Coordenadora Helena Magozo: Sim, é o seguinte, cada CAV gera um relatório, mas não há um relator determinado . A CAV gera um relatório, mas é a CAV em bloco que discuti e assina a parte técnica. Quando vem aqui para o conselho, é uma deliberação coletiva.

Cons. Francisco: ***

Coordenadora Helena Magozo: Isso, tem os critérios de viabilidade técnica...

Cons. Francisco: ***

Coordenadora Helena Magozo: Então, sem dúvida, a deliberação, é aqui.

Cons. Francisco: ***

Coordenadora Helena Magozo: Então, um dos princípios das resoluções, e que nós já atendíamos a isso, mas o jurídico pediu para nós colocarmos com todas as letras, é o atendimento às Leis, à Política Municipal de Meio Ambiente, de Educação Ambiental, a questão da Diretriz do CADES, porque o CADES anualmente determina as Diretrizes, tem que estar seguindo essas diretrizes. Seguimos esses procedimentos.

Cons. Francisco: Então quando chega aqui já tem um parecer jurídico?

Coordenadora Helena Magozo: Não, jurídico não.

Cons. Francisco: Não, ainda não tem?

Coordenadora Helena Magozo: Depois da deliberação do CONFEMA, os projetos aprovados vão para o jurídico, inclusive para os procedimentos de convênio, quando for o caso, para a liberação do recurso, e daí o jurídico atenta para todos esses elementos que nós estamos colocando.

Cons. Mônica Borba: Eu queria um esclarecimento em relação a divulgação dessas reuniões, das atas, e dessas planilhas, se isso está tudo publicado no nosso, no site, eu gostaria de saber como está isso.

Coordenadora Helena Magozo: Márcia, por favor.

Cons. Mônica Borba: Márcia, você poderia... porque assim eu ...

Coordenadora Helena Magozo: É a diretora da divisão que dá apoio ao FEMA .

Cons. Mônica Borba: É, eu como representante eu tenho recebido muitas, inúmeras pessoas que ligam, e que me perguntam como é que está, quando é que vai ser, qual é a ordem do que vai ser votado, e eu queria saber se vocês estão com isso tudo organizado no site, e eu acho que era importante nas instituições que nós trabalhamos, nós deixar isso, o endereço, para que as pessoas possam estar indo buscar.

Márcia: Então, funciona assim, quando o CONFEMA delibera, nós fazemos uma resolução, essa resolução o secretário assina, como o Presidente, então quando fica legalmente assinada por ele, sai no diário oficial, e nós colocamos no site da Secretaria, que está atualizado, então como é que você faz? Você entra no site da Secretaria de Meio Ambiente, vai estar CONFEMA, entra em resoluções, todas essas resoluções aqui estão lá, então todos os projetos que vocês aprovam, não aprovam, estão lá no site da Secretaria, tá, clica em CONFEMA.

Coordenadora Helena Magozo: Então isso nós podemos passar para todos os conselheiros, isso que a Márcia está falando, essa orientação, esse endereço, nós passamos para facilitar não é Márcia?

Cons. Mônica Borba: É, porque eu gostaria de divulgar no site do 5 elementos isso, junto com a participação, essa coisa também eu acho que importante, desse resultado do semestre, de nós, olha, fizemos isso tantas reuniões, tantos semestres, tantos aprovados,

tantos reprovados, porque nós temos que dar isso, dar uma satisfação, é muita gente, muito trabalho.

Márcia: Então o FEMA, é obrigado a fazer o relatório anual, e nós publicamos no Diário Oficial e as pessoas tem acesso, agora isso que você está falando de resolução em que as ONGS estão interessadas, inclusive as ONGS, elas ligam para cá, elas tem acesso público, qualquer pessoa pode ter, entra no site da Secretaria, e sabe o que está sendo decidido e deliberado pelo CONFEMA, atualizadíssimo.

Cons. Mônica Borba: As atas?

Márcia: Não, as atas nós não colocamos no site que é muito grande, nem pode, as atas ficam sempre no Diário Oficial do Município, são publicadas no Diário as atas de todas as reuniões, estão publicadas no Diário Oficial.

Cons. Mônica Borba: É que sabe o que é, gente? Diário Oficial não é uma coisa do mundo real das pessoas, eles podem ser da Prefeitura como vocês normatizam, mas para as pessoas do mundo, os cidadãos, é o site, é o que está no site que funciona, então eu acho que nós temos que pensar em um regimento interno, eu gostaria de saber quando que nós vamos discutir o regimento interno aqui desse conselho, porque nós temos essa pendência para o ano que vem, dessa coisa da transparência de trabalhar com mais transparência, porque essa reunião aqui...

Márcia: Mônica, o que você está falando aqui não é verdade não procede, porque o Diário Oficial ele está na Internet, porque todo mundo tem acesso na Internet, entendeu? É público e todo mundo, qualquer pessoa tem acesso.

Cons. Mônica Borba: Por exemplo, é, mas a forma como ela está organizada, talvez, eu acho que tem que fazer uns links entendeu.

Orador não identificado: (incompreensível, não falou no microfone).

Márcia: Como você entra no site do Diário, você entra no site do Diário e pega as atas.

Coordenadora Helena Magozo: O que pode acontecer Márcia, é nós estarmos orientando, assim, essa reunião está publicada em ata, no Diário Oficial do dia tal, a pessoa já ir lá e procurar naquele Diário.

Cons. Mônica Borba: Fazer uma coisa toda com link, só isso.

Coordenadora Helena Magozo: No Diário Oficial de tal, aí ele vai e busca no Diário Oficial para não buscar todos os dias, todos os dias é uma ata.

Cons. Mônica Borba: Sim na resolução, a ata tal já está em um link, você já põe ela lá linkada

Coordenadora Helena Magozo: Nós dependemos do serviço de transcrição, a resolução é muito mais ágil, para daqui hoje, amanhã no máximo, a resolução já sai para o Diário Oficial, agora a ata, nós dependemos desse serviço de transcrição, mas nós podemos pensar só em uma informação, a ata da reunião do dia tal, Diário Oficial de

tanto, e o site do Diário Oficial, a pessoa vai lá e busca, acho que assim contempla, porque nós não temos condições de colocar toda a ata.

Cons. Mônica Borba: E isso é melhorar essa informação para as pessoas terem mais acesso, tá bom?

Cons. Luis Ferrua: Helena, eu tenho mais uma observação a fazer a respeito desses números que estão aí, que são assustadores.

Coordenadora Helena Magozo: O que é assustador?

Cons. Luis Ferrua: Esses números que foram apresentados, a verdade é o seguinte, que esse conselho não tem condição de proceder dessa maneira certo, nós temos com a nossa agenda, totalmente tomada até março, e o projeto N° 8, vamos dizer o Edital N° 08, nem se quer foi considerado aí, certo?

Coordenadora Helena Magozo: Mas pela especificidade, eu não sei, eu desejo que tenham 500 projetos apresentados, mas pela especificidade, eu acho que pelo Edital N° 08, ele vai se aproximar do número de projetos recebidos nos editais das APAs. Mesmo tendo mudado o prazo, pela nossa experiência. Agora o que nós podemos ver é que essa alternativa realmente seja pactuada entre os titulares e os suplentes por exemplo, de maneira que cada 15 dias venha um grupo, isso é possível, porque senão nós ficamos também com problema de um atraso grande nessa questão do...

Cons. Luis Ferrua: Mas mesmo assim considerando, você está considerando todas as semanas uma reunião.

Coordenadora Helena Magozo: Até março.

Cons. Luis Ferrua: Até, março, considerando justo, considerando o projeto N° 8 é de se supor que essa agenda totalmente tomada vai até maio, junho.

Coordenadora Helena Magozo: Não, não eu acredito que não, mas enfim até março, é toda semana mesmo.

Cons. Luis Ferrua: Março, vai ser toda a semana, eu acho o seguinte, eu não queria tomar uma providência desse tipo, mas acho que nós precisamos breçar, vamos dizer assim os Editais, porque não temos como fazer.

Cons. Mônica Borba: Não, não é isso que tem que ser feito.

Cons. Luis Ferrua: Mas como vamos fazer?

Coordenadora Helena Magozo: Veja bem, sábado, no seminário da entidade que você representa, foi comemorado o avanço do FEMA e projetos recebidos.

Cons. Luis Ferrua: Sim, eu sei disso.

Coordenadora Helena Magozo: Foi muito valorizado a questão da divulgação do FEMA, dos Editais e dos projetos que tem chegado. Nós temos que aprimorar todo esse processo de avaliação, agora.

Cons. Luis Ferrua: Mas todos tem que mudar essa estrutura.

Coordenadora Helena Magozo: Mas não isso, não por aí. Mônica por favor.

Cons. Mônica Borba: Eu sou contrária a idéia do Luis, eu acho que é muito importante o fundo, tem muitos projetos, nós precisamos discuti, então na verdade tem um tempo para discutir, avaliar como nós estamos funcionando, para que nós nos tornemos mais produtivos e de contas das coisas, porque na verdade quanto tempo demora da finalização do Edital a apresentar o projeto e começar o projeto, porque nós temos que ter mais agilidade nisso, se o conselho tem que ter maior número de pessoas, porque assim, gente isso aqui é um trabalho voluntário ta, na lei do voluntariado, você trabalha 4 horas por semana, ta, essa é a Lei, então assim, para você chegar aqui e dar conta de ler, dar uma lida e tal, você já gasta um tempo, se você ler todos antes, gasta mais tempo ainda, então talvez nós tenhamos que ter um maior número de conselheiros para revezar e para que as coisas fluam, porque toda semana eu acho assim que o Luis coloque, pois para mim também é muito puxado toda a semana, eu não posso participar todas as semanas, porque quando eu me comprometi era de 15 em 15 dias.

Coordenadora Helena Magozo: Então isso nós tentamos, Mônica, nós temos que tentar o rodízio entre os titulares e suplentes, no limite da possibilidade e compromisso de todos, mas tentaremos manter o cronograma .

Cons. Mônica Borba: Então, mas talvez nós tenhamos que aumentar.

Coordenadora Helena Magozo: Explica um pouco Francisco, como é a história de aumentar o conselho.

Cons. Francisco: Isso tem que passar pela Câmara Municipal.

Cons. Mônica Borba: Mas nós vamos ter que rever, porque...

Cons. Francisco: É um processo demorado

Coordenadora Helena Magozo: Enfim, podemos até encaminhar mas é um coisa que é de anos Mônica, não é rápido.

Cons. Francisco: Pode ser de anos, mas é uma coisa que o governo não tem como fazer, porque depende dos vereadores.

Cons. Mônica Borba: Bom gente, eu sei que é o seguinte,

Coordenadora Helena Magozo: Eu acho que essa questão, eu acho que nós temos que contemplar a possibilidade de vocês, uma otimização de todos os membros para que aja um revezamento e aí nós planejamos em relação a isso, sabendo o que vocês estão colocando, que o máximo que cada um de vocês da sociedade civil pode vir e nós precisamos da sociedade sempre, ou vocês ou os suplentes é de 15 dias. Vamos pensar nisso, e isso é o possível hoje, porque a questão da mudança é um projeto de Lei, essa coisa é demorada, não é ágil mesmo.

Cons. Mônica Borba: Mas no projeto gente, está escrito que é de 15 em 15 dias, ou não?

Coordenadora Helena Magozo: Que projeto?

Cons. Mônica Borba: No funcionamento desse conselho.

Coordenadora Helena Magozo: Não, não, isso não está especificado.

Cons. Mônica Borba: Então porque isso foi passado para nós.

Coordenadora Helena Magozo: É que era uma prática até os dois últimos editais, nós tínhamos uma reunião ordinária, e no máximo, uma reunião extraordinária, então era nossa vivência, o que aconteceu, é que os Editais superaram a nossa realidade anterior, então nós mudamos em função dessa realidade, agora nós temos que contar com vocês e temos que nos adequar a vocês também, então nós tentamos otimizar o máximo possível, respeitando esse limite que vocês estão colocando, está claro isso para nós.

Cons. Mônica Borba: Assim, a minha perspectiva assim para toda a semana assim é trabalho, uma vez por mês é possível, uma vez de 15 em 15 dias mas, porque eu tenho prática de participar, eu acho assim que nós temos que refazer uma avaliação disso para ...

Cons. Francisco: E se notar esse princípio, eu participo de vários conselhos, e o que acontece é o seguinte, quando você dá a relatoria para cada conselheiro, ele já chega para dar um relatório bastante sucinto, e os outros conselheiros acompanham, salvo quando há assim alguma coisa mais complexa, mas esse processo de relatoria, então por exemplo você considera se chegar aqui por exemplo, olha o processo tal, Nº tal é isso, isso e isso, eu voto pela aprovação, facilita mais do que...

Coordenadora Helena Magozo: Olha nós estamos abertos, precisamos avaliar com cuidado o procedimento e a disponibilidade dos conselheiros para a relatoria.

Cons. Luis Ferrua: É legal?

Coordenadora Helena Magozo: Não, legal é, porque isso se no regimento você votar, isso é, se é factível, se isso implica uma facilidade ou se para o relator vai ficar uma tarefa enorme que não consegue...

Cons. Francisco: Por um lado mais trabalho, mas na hora de decidir o colegiado, nos outros conselhos que eu participo, como já há uma confiança, não que não aja uma confiança no órgão técnico, mas como conselheiro precisa estar votando o relator, não que nós votemos assim de atacado, mas eu noto que nos outros conselhos da Prefeitura, a coisa funciona de forma mais rápida.

Coordenadora Helena Magozo: Mas a questão do tempo nos outros conselhos é diferente, Francisco. Não que seja indiferente, Francisco, mas quando você tem que executar recursos, nós temos uma característica diferente, Francisco. Ele coordena, por exemplo, uma comissão especial para licenciamento de cemitérios, é lógico que o tempo é sempre importante, mas não tão determinante. Agora, aqui, nós temos uma realidade orçamentária e uma questão que nós precisamos agilizar a execução, temos essa questão financeira, orçamentária.

Cons. Francisco: Do outro lado também, eu acho que também é mais responsabilidade do...

Coordenadora Helena Magozo: Não, e eu estou colocando na mesa, eu acho que são questões para nós irmos amadurecendo...

Cons. Luis Ferrua: Tenho uma pergunta a fazer, é necessário ser presencial? Nessas reuniões, é necessário? Nós estamos em um mundo virtual.

Coordenadora Helena Magozo: Eu posso falar uma coisa para você? Nós tivemos uma resolução aqui, que tem relação com o que você está falando, com muito menor consequência e a AJ contestou.

Cons. Luis Ferrua: Eu participo de um monte pela Internet.

Coordenadora Helena Magozo: Nós tivemos uma resolução de que, questões pequenas administrativas e que não implicavam recurso financeiro, que eram colocadas pelas entidades, para nós não esperarmos a reunião do Conselho para a resposta, naquele tempo era as mais espaçadas as reuniões, que nós poderíamos a própria secretaria executiva, a própria divisão resolver, passando por e-mail a decisão, avaliando se todos os conselheiros concordavam e não tinham nenhuma restrição. Tudo bem, o jurídico falou que o Conselho não tem esse poder de definir essa mudança e tudo tem que ser votado presencialmente. E-mail não vale como documento legal, segundo o que nos foi orientado.

Cons. Francisco: Mas ele não funciona como prova judicial, mas sabe qual é o problema? O problema é o seguinte, como se trata de liberação dos recursos, nós somos responsáveis, ou seja, do ponto de vista jurídico, patrimonial, nós respondemos, ou seja, se amanhã ficar aprovado que nós deliberamos para um projeto completamente descabível, ao que trazia dentro de si, vícios insanáveis, a pessoa que libera essa verba pública que é uma verba pública, ela torna se responsável, quer dizer, e ela responde, então é necessário a pessoa estar presente, quer dizer, o e-mail ele não é prova de nada.

Cons. Luis Ferrua: O e-mail eu sei que não é prova.

Cons. Francisco: Eu posso montar um e-mail.

Cons. Mônica Borba: De qualquer forma o que acontece aqui, em funcionamento é tudo que as comissões de avaliação encaminham, que nós temos acatado 100%, 99,9, então praticamente quem faz essa leitura mais minuciosa, é essa comissão de avaliação, então nós meio vamos tocando em cima disso, é porque o papel desse conselho não é só o recurso do fundo desses projetos, tem os projetos do município, como hoje tivemos a apresentação de alguns, é isso.

Coordenadora Helena Magozo: Mas então nós temos essa questão, vamos então contatar os outros conselheiros para ver se nós conseguimos fazer uma divisão maior de presença principalmente para a sociedade civil, porque para o poder público é mais tranquilo porque é horário de trabalho, não é verdade? Agora vocês. Da sociedade civil, eu entendo o aspecto voluntário e a existência de outros compromissos de trabalho.

Cons. Luis Ferrua: Eu acho que você tem que contar a coisa da seguinte maneira, entrando outros projetos que com certeza vão entrar, dados os fatos que não conseguimos estancar isso, nós vamos ter reunião FEMA semanais até o fim do ano que vem, em 2010.

Coordenadora Helena Magozo: Não, veja bem.

Cons. Mônica: Até julho de 2011

Cons. Luis Ferrua: Eu já estou indo embora, eu já estou com 2 anos aqui, então veja bem, eu não estou criticando o fato, eu estou tentando resolver.

Coordenadora Helena Magozo: Você está falando que temos um problema.

Cons. Luis Ferrua: Nós temos um problema que nós estamos tentando resolver aqui, então a verdade é essa, nós que somos a sociedade civil, nós estamos liberando nosso tempinho aqui certo, e o nosso salário não vem no fim do mês, acho que nós estamos complicados com isso certo, então vir todas as terças- feiras...

Coordenadora Helena Magozo: Eu quero perguntar para vocês, é razoável até março, porque depois não vai ser assim, vai ser dependendo da questão aí da questão do 8, e eu acho que vai ser mais tranquilo para o Conselho, teremos uma época que é de implantação de todos esses projetos, internamente nós temos que responder por isso, então de 15 em 15 dias, até março é exequível para vocês? Então nós vamos planejar a questão da sociedade civil e vocês também, mas eu coloco a sociedade civil porque nós estamos em horário de trabalho, é diferente, nós estamos recebendo dentro de nosso horário, nossas 40 horas semanais, eles não estão, então eu acho que existem diferenças.

Cons. Mônica Borba: Não, eu estou investindo, eu não estou gastando.

Coordenadora Helena Magozo: Mas até para investir, precisa ter condição não é? Obrigada. Gente então eu fiz aquele balanço, para vocês, nós vamos avaliar toda essa questão da sociedade civil que é muito legítima e vamos então para apreciação e deliberação sobre projetos candidatos a financiamento pelo Edital FEMA, N° 07, nós temos hoje a deliberação dos projetos do 29 ao 45.

Márcia: São 17 projetos, 7 pareceres de recomendação, aprovação, 9 não recomendados e 1 desistência.

Cons. Mônica Borba: Eu queria tanto receber as coisas assim para reunião, chama planilha, tudo... eu vou mandar um exemplo.

Coordenadora Helena Magozo: Então, os projetos que nós, eu não sei se vocês querem seguir essa linha, se nós seguimos na ordem ou se primeiro tratamos dos recomendados.

Cons. Mônica Borba: Eu acho que nós podíamos fazer... não, na reunião passada nós fizemos primeiro os recomendados...

Coordenadora Helena Magozo: Você é de opinião que começamos pelos recomendados?

Cons. Mônica Borba: É porque assim, nós temos que começar a aprovar os que já estão recomendados, e pelo que eu li ali eu acho que está bem coerente ,segundo as notas.

Coordenadora Helena Magozo:Está bom então, vamos para o projeto de Nº 29,

Projeto de Nº 29 "Circuito de Educação Ambiental do Parque Municipal Raposo Tavares",
Edital 07,

Cons. Mônica Borba: São 7?

Coordenadora Helena Magozo: São 7, Mônica, projeto do Nº 29, vocês estão acompanhando?

Cons. Mônica Borba: "Escolas Ecológicas"?

Coordenadora Helena Magozo: Não.

Orador não identificado: (incompreensível, não falou no microfone).

Cons. Mônica Borba: "Escolas Ecológicas"

Coordenadora Helena Magozo: É porque está com título diferente.

Cons. Mônica Borba: É eu não entendi, porque na planilha, eu olhei só as planilhas.

Orador não identificado: (incompreensível, não falou no microfone).

Cons. Mônica Borba: Não, mas na planilha, olha lá como está na planilha, só aparece o nome delas, em nenhum lugar está escrito.

Orador não identificado: (incompreensível, não falou no microfone).

Coordenadora Helena Magozo: Então foi isso mesmo"Escolas Ecológicas e IPESA", foi um engano no título aqui do projeto, aqui nesse resumo que eu tenho.

Cons. Mônica Borba: Está errado, o título.

Coordenadora Helena Magozo: Então na avaliação consta "Escolas Ecológicas" , deveria ser Circuito de Educação Ambiental do Parque Raposo Tavares. Vamos para a leitura da identificação do projeto.

Proponente: IPESA.

Por algum motivo, eu não sei se foi o subtítulo, alguma coisa que deu essa confusão, chegou desta forma da CAV, mas nós estamos falando do mesmo projeto.

Objetivo: Sensibilizar, mobilizar e capacitar para o entendimento e apropriação de conceitos e práticas de sustentabilidade, em áreas urbanas, a população que reside, trabalha, e estuda ou transita no entorno do Parque Raposo Tavares, subprefeitura do Butantã, Distrito do Butantã, através da formação de um circuito de Escola Ambiental no Parque.

Duração do Projeto: 12 meses.

Valor Total: R\$ 119.995,64.

Parecer da CAV: O projeto atende aos critérios de seleção do Edital FEMA 07/2009. Alguma posição dos conselheiros?

Orador não identificado: Eu estou só com uma dúvida, eu não vi o projeto em detalhe, mas aqui no resumo do parecer, ele tem como fraco um dos itens aqui de notas, a ausência de profissionais adequados, para atingir as atividades e metas, então eu não sei se tem alguém aqui que podia falar do projeto, porque eu acho esquisito que não tem pessoal e ele é viável, ter sido considerado viável, você não tem quem vai executar o projeto...

Cons. Mônica Borba: Eu acho engraçado porque eu conheço essa Instituição, eu conheço vários profissionais e tem os profissionais.

Orador não identificado: Mas para esclarecer, porque está contraditório e...

Coordenadora Helena Magozo: Eu acho que foi alguma coisa, que foi solicitada, pode ter sido solicitada na complementação e que foi atendida, porque as vezes eu tenho notado que essa avaliação, já vem...

Cons Mônica Borba: É, porque tem duas não é?

Coordenadora Helena Magozo:Então vamos avaliar o processo e depois... Então vamos avaliar o processo.

Orador não identificado: (incompreensível, não falou no microfone).

Coordenadora Helena Magozo: E é só um engano de titulo mesmo, é do mesmo projeto que nós estamos falando, é só um engano de titulo mesmo.

Cons. Mônica Borba: Então na verdade o que está errado é a ficha?

Coordenadora Helena Magozo: Na ficha que está errado, mas nós garantimos que é o mesmo projeto.

Orador não identificado: (incompreensível, não falou no microfone).

Coordenadora Helena Magozo: Olha, a própria entidade, ela fala assim: Ao CONFEMA, prezados senhores, encaminhamos o projeto Circuito..., aproveitamos a oportunidade para solicitar a correção do nome do projeto selecionado, tendo se divulgado como projetos de "Escolas Ecológicas", segue a publicação da complementação . É do mesmo projeto que nós estamos falando. Então aqui tem um pedido de complementação que vocês leram, não é Maestro? Por favor.

Maestro: É Helena, nós chegamos a conclusão que foi o seguinte, quando houve a primeira apresentação do projeto pela Entidade, ela só apresentou uma equipe de

coordenação e aí foi solicitado o ajuste e ela dentro do período do ajuste encaminhou a complementação da equipe com mais 3 técnicos.

Coordenadora Helena Magozo: E essa avaliação então é anterior a complementação?

Maestro: Foi feita posteriormente, está escrito que a entidade atendeu, só que na hora de refazer a planilha não foi alterado isso da equipe do projeto.

Coordenadora Helena Magozo: Então é isso, quer dizer manteve-se, por engano, a tabela anterior ao pedido de complementação.

Cons. Mônica Borba: Então essa equipe, ela precisa ser notificada, de que ela precisa, essa fichinha, acho que ela deveria ter a data da 1º versão, depois que recebe os documentos tem que ter 2º versão, não é uma em cima dela mesma, que é importante nós observamos quando a instituição encaminha e altera os dados, então no caso para chegar aqui para o conselho, tem que vir a primeira e a segunda, primeira versão, foi encaminhada ajuste, segunda versão, isso precisa virar procedimento para chegada aqui dessa essa questão, entendeu?

Márcia: Nesse caso em particular, o que aconteceu aqui, o que está, o que seria a ficha final, ela está contraditória com o parecer, no parecer ela está dizendo que atendida a complementação.

Coordenadora Helena Magozo: Claro,mas a tabela deveria refletir a avaliação final.

Cons. Luis Ferrua: A Mônica falou nesse Edital aqui nessa tabela, não é...

Coordenadora Helena Magozo: É uma avaliação diferente do Edital das APAs e na avaliação final devem constar da tabela o posicionamento final da CAV , em relação aos itens avaliados. Vamos conversar com o grupo.

Orador não identificado: (incompreensível, não falou no microfone).

Coordenadora Helena Magozo: Então vamos lá gente, vamos para a deliberação do projeto.

"Circuito de Educação Ambiental", do Parque Municipal Raposo Tavares.

Instituição Proponente:IPESA.

Os conselheiros que são favoráveis a aprovação do projeto "Circuito de Educação Ambiental", levantem a mão. Então o projeto "**Circuito de Educação Ambiental**", **foi aprovado por unanimidade.**

"Projeto Sustentabilidade, que Bicho é esse?"

Instituição Proponente: IBRADA.

Objetivo: O objetivo principal desse projeto é educação ambiental através do poder da mídia, a Internet será o veículo condutor para viabilizar nosso objetivo, a veiculação...

Cons. Mônica Borba: Nós não íamos direto?

Coordenadora Helena Magozo: Desculpe, é verdade.

Orador não identificado: (incompreensível, não falou no microfone).

Coordenadora Helena Magozo: Projeto Nº 34 "Sementes para um bairro sustentável".

Instituição Proponente: Associação URUSVAT mantedora A1

Objetivo: Sensibilizar, mobilizar e capacitar um grupo de pessoas que morem e trabalhe no bairro para que através de mecanismo de educação sócio econômico ambiental, torne os agentes eco bairro para implantar uma unidade eco bairro e formação de um círculo permanente eco bairro que atue com responsabilidade sócio econômico ambiental dentro da cultura de paz, em busca de melhor qualidade de vida, no indivíduo, na casa e no bairro. Tendo como local prioritário de ação, cada unidade autônoma e imóvel, os beneficiários torna-se multiplicadores e agentes de transformação e com suas ações individuais contribuirão para implantar um bairro sustentável a partir do MOT "O Planeta é nossa Casa".

Duração do Projeto: 12 meses.

Valor Total: R\$ 119.280,00.

Tem até a presença de um representante da Associação aqui junto conosco.

Parecer da CAV: Então segundo a CAV, o projeto atende aos critérios de seleção do Edital FEMA Nº 07/2009, aberto aí para alguma observação?

Cons. Mônica Borba: Como que você ficou sabendo da reunião?

Cons. Luis Ferrua: Só por curiosidade, o que significa URUSVAT?

Coordenadora Helena Magozo: Por favor, fala no microfone, porque nós gravamos.

Cons. Luis Ferrua: É só curiosidade, para ver se eu entendi.

Paulo Santos: Então, eu sou Paulo Santos, eu coordeno esse programa permanente eco bairro, que já funciona a 5 anos, e tem o apoio institucional das Nações Unidas, a URUSVAT é o nome da Associação, responsável como mantedora desse programa, e URUSVAT é o nome caldeu que vem da antiga Caldéia, que é a junção da manifestação de um período de florescimento do aspecto do desenvolvimento de uma nova Ciência.

Coordenadora Helena Magozo: CONFEMA também é cultura.

Cons. Luis Ferrua: Tenho uma observação, uau.

Cons. Mônica Borba: Essa nova ciência é?

Paulo Santos: Essa nova ciência ela se respalda, você vai gostar, dentro da valorização do princípio feminino, que ao longo do tempo, ela vem sendo trabalhada com aspecto do

pensamento lógico, concreto e trabalhar, a partir de uma percepção, de uma perspectiva mais ampliada e sistêmica da compreensão da vida. Está satisfeita?

Cons. Mônica Borba: Obrigada.

Coordenadora Helena Magozo: Então vamos para a deliberação? Os conselheiros que são favoráveis a aprovação do projeto "O Planeta é nossa Casa", levantem a mão. Então o projeto "**O Planeta é nossa Casa**", **foi aprovado por unanimidade.**

Projeto 38, "Capacitação de Lideranças Comunitárias para a Construção de Comunidades Sustentáveis".

Instituição Proponente: Associação Solidariedade e Esperança.

Objetivo: Atendimento a 25 jovens moradores, estudantes, trabalhadores, ou frequentadores, da região central do município de São Paulo, com idade entre 17 e 24 anos, com renda familiar abaixo de um salário mínimo por integrante, desenvolvimento de formação específica, em sustentabilidade sócio ambiental, envolvendo as temáticas de uso racional, e sustentável de recursos naturais, pesquisas e atividades ambientais, e controle de legislação e defesa do meio ambiente, práticas de reuso e reciclagem, problemas globais relativos ao meio ambiente, políticas públicas, economia solidária, e ações comunitárias de preservação da natureza, curso de 400 horas contendo aulas teóricas, atividades práticas e atividades externas.

Duração do Projeto: 12 meses.

Valor Total: R\$ 105.488,84.

Parecer da CAV: E segundo a CAV, o projeto atende aos critérios de seleção do Edital FEMA Nº 07/2009. Algum esclarecimento? Então vamos para a deliberação, os conselheiros que são favoráveis a aprovação do projeto "Capacitação de Lideranças Comunitárias para a Construção de Comunidades Sustentáveis", levantem a mão. Então o projeto "**Capacitação de Lideranças Comunitárias para a Construção de Comunidades Sustentáveis**", **está aprovado por unanimidade.** Projeto Formação... Então agora é o 41, é que eu tenho aqui a listagem na mão.

Projeto 41 "Formação Continuada, Gerenciamento e Logística das Cooperativas, de Catadores de Materiais Recicláveis em Conjunto com Conscientização da Comunidade na Educação Ambiental".

Instituição Proponente: Movimento de Defesa do Favelado.

Objetivo: Dar continuidade a formação e apoio através de suporte técnico, as cooperativas da favela Vila Prudente, Cooper Recí favela e Jardim Elba, reciclantes Esperança; Região Leste da Cidade de São Paulo, que não participam oficialmente da coleta seletiva solidária de materiais recicláveis para um trabalho de educação ambiental junto as comunidades locais e rede solidária.

Duração do Projeto: 6 meses.

Valor Total: R\$ 66.589,60.

Parecer da CAV: Segundo a CAV o projeto atende aos critérios de seleção do Edital FEMA Nº 07. Vamos para a deliberação, os conselheiros que são favoráveis a aprovação do projeto "Formação Continuada, Gerenciamento e Logística das Cooperativas, de Catadores de Materiais Recicláveis em conjunto com conscientização da comunidade da Educação Ambiental", levantem a mão. Então **o projeto "Formação Continuada, Gerenciamento e Logística das Cooperativas, de Catadores de Materiais Recicláveis em Conjunto com Conscientização da Comunidade da Educação Ambiental", está aprovado por unanimidade.**

Projeto "Escolas Sustentáveis".

Instituição Proponente: GERA Ética e Meio Ambiente.

Objetivo: Levar toda comunidade escolar envolvida no projeto a adotar posturas cotidianas permanentes em pró sustentabilidade, a partir da inserção de ações práticas de preservação ambiental, nas Escolas Públicas Municipais, do Itaim Paulista.

Duração do Projeto: 9 meses.

Valor: R\$ 108.000.

Parecer da CAV: Segundo a CAV o projeto atende aos critérios de seleção do Edital FEMA, Nº 07. Vamos para a deliberação? Os conselheiros que são favoráveis a aprovação do projeto "Escolas Sustentáveis", levantem a mão. Então **o projeto "Escolas Sustentáveis", foi aprovado por unanimidade.**

Projeto "Educação Ambiental Cidadania e Cadeia Produtiva da Reciclagem".

Instituição Proponente: Instituto Ecoar.

Objetivo: Expansão do trabalho de Educação Ambiental e de produção da Cooperativa de Reciclagem Chico Mendes, visando aprimoramento do programa de coleta seletiva com a disseminação dos princípios de educação ambiental da região de São Mateus e adjacentes.

Duração do Projeto: 12 meses.

Valor do Projeto: R\$ 107.776,73.

Parecer da CAV: Segundo a CAV, o projeto atende aos critérios de seleção do Edital FEMA, Nº 07. Então vamos para a deliberação? Os conselheiros que são favoráveis a aprovação do projeto "Educação Ambiental Cidadania e Cadeia Produtiva da Reciclagem", levantem a mão. Então **o projeto "Educação Ambiental Cidadania e Cadeia Produtiva da Reciclagem", foi aprovado por unanimidade.**

Projeto " Sala Verde, Cidade Ademar e Capela de Socorro".

Instituição Proponente: Associação Santa Catarina.

Orador não identificado: (incompreensível, não falou no microfone).

Márcia: Bom, no nosso balanço aqui nós temos 3 projetos aprovados na Região Centro Oeste, 3 na Região Leste e 1 na Região Sul.

Cons. Márcia Borba: Acho que era legal também termos esse balanço de todos.

Coordenadora Helena Magozo: E nós também temos uma proporção dos projetos apresentados por região, porque se eu estou certa na estatística, sempre a região Sul e Leste são as que mais apresentam projetos.

Cons. Mônica Borba: Mas é as que são menos aprovadas, não é?

Coordenadora Helena Magozo: Mas proporcionalmente vamos ver, eu acho que não...

Cons. Mônica Borba: Então, é isso que eu gostaria de saber, no balanço as duas mais aprovadas no semestre

Coordenadora Helena Magozo: A região Sul é a que concentra, no nº 5, pelo menos foi assim, o maior número de aprovados, mas precisamos comparar com a porcentagem de projetos apresentados.

Cons. Mônica Borba: Mas assim, tirando do Edital, 07,

Cons. Mônica Borba: Nós não vamos levantar isso de Educação Ambiental é diferente porque o Edital 06 é só para região Sul,

Coordenadora Helena Magozo: Não o edital das APAS, estou falando do 5, o 5 é para cidade inteira.

Cons. Mônica Borba: Ah, tá.

Coordenadora Helena Magozo: Depois apresentamos um balanço da proporção de aprovados em todas as regiões.

Cons. Mônica Borba: Bom...Podemos ir então para o 30, 31 quando o parecer for localizado, retornamos.

Coordenadora Helena Magozo: Deixamos o 45 para o final e vamos para os outros projetos.

Projeto Nº 30 "Sustentabilidade que Bicho é esse".

Instituição Proponente: IBRADA.

Objetivos: O objetivo principal desse projeto é educação ambiental através do poder da mídia, a Internet será o veículo condutor para viabilizar nosso objetivo, o objetivo da entidade, a veiculação e transmissão do programa, será realizada pela ALL TV, que é uma plataforma de transmissão de programas ao vivo Via Web, sediado na rua Tomas Carvalhaes, 899, pretendemos demonstrar aos brasileiros de forma lúdica, divertida e interessante, quais são os meios para se alcançar a tão famigerada sustentabilidade que todos falam, poucos fazem e a maioria não sabe nem o que é, por esse motivo o tema do programa "Sustentabilidade que Bicho é esse".

Prazo de Duração: 12 meses.

Parecer da Cav: Segundo a CAV o projeto não atende aos critérios de seleção do Edital FEMA Nº 07. Prestem atenção, os conselheiros que são favoráveis a aprovação do projeto "Sustentabilidade que Bicho é esse", levantem a mão. Nenhum conselheiro levantou a mão. Os conselheiros que são favoráveis a não aprovação do projeto levantem a mão. Então o **projeto "Sustentabilidade que Bicho é esse", não foi aprovado por unanimidade.**

Projeto "Sensibilização da População contra o Consumo da Carne de Caça e Produtos Cárneos, sem procedência no Entorno do Parque Estadual da Cantareira".

Instituição Proponente: Grupo ERE, Centro de Estudos de Ações Culturais Sociais e Ambientais.

Objetivo: Sistematizar dados sobre hábitos de consumo de carne de caça de animais silvestres como parca, veado e tatu, existentes nos remanescentes de vegetação nativa e exótica. Sistematizar dados sobre hábitos de consumo de produtos cárneos sem procedência, promover o conhecimento básico sob danos ao meio ambiente e a saúde humana desses hábitos, promover o conhecimento básico sobre danos do meio ambiente e saúde humana sob esses hábitos, promover o conhecimento básico da legislação sobre o tema, e desenvolver atividades variadas, sobre o tema para diversas faixas etárias e níveis sócios econômicos.

Duração do Projeto: 12 meses.

Parecer da CAV: Segundo a CAV, o projeto não atende aos critérios de seleção do Edital FEMA Nº 07/2009. Então os conselheiros que são favoráveis a aprovação do projeto "Sensibilização da População contra o Consumo da Carne de Caça e Produtos Cárneos, sem procedência no Entorno do Parque Estadual da Cantareira" levantem a mão, ninguém, nenhum conselheiro levantou a mão. Os que são favoráveis a não aprovação do projeto "Sensibilização da População contra o Consumo da Carne de Caça e Produtos Cárneos, sem procedência no Entorno do Parque Estadual da Cantareira" levantam a mão. Então o **projeto "Sensibilização da População contra o Consumo da Carne de Caça e Produtos Cárneos, sem procedência no Entorno do Parque Estadual da Cantareira" não foi aprovado por unanimidade.**

"Projeto uma Fábrica de Brinquedos de Sucatas e Artes com Reciclagem".

Instituição Proponente: Passatempo Educativo.

Objetivo: A passatempo educativo busca na formação do aluno e conseqüentemente de suas famílias trabalhar com situações que possibilitem pensar propostas de intervenção na realidade que o cerca. A educação ambiental deve ser trabalhada de forma integrada, continua e permanente, em todos os níveis e modalidades de ensino como previsto nos parâmetros curriculares nacionais, nos quais servem como subsídios para práticas pedagógicas.

Duração do Projeto: 12 meses.

Parecer da CAV: Segundo a CAV o projeto não atende aos critérios de seleção do Edital FEMA Nº 07. Os conselheiros que são favoráveis a aprovação do projeto "Uma Fábrica de Brinquedos de Sucatas e Artes com Reciclagem".levantem a mão. Nenhum conselheiro levantou a mão. Os conselheiros que são favoráveis a não aprovação do projeto "Uma Fábrica de Brinquedos de Sucatas e Artes com Reciclagem".levantem a mão. Francisco eu sempre começo pelo positivo porque eu acho que senão eu puxo sempre uma adesão direta ao posicionamento da CAV, mais calma.

Projeto 33 "A Expressão Artística na Educação Para o Consumo, Uma Abordagem Interdisciplinar".

Instituição Proponente: Associação de Olho no Futuro.

Objetivo: Esse projeto insere-se justamente no desenvolvimento da Consciência para essa mudança como foco principal nas comunidades de baixa renda, as favelas, onde residem a maioria das crianças e adolescentes participantes do projeto.

Duração do Projeto: 12 meses.

Parecer da CAV: Segundo a CAV o projeto não atende aos critérios de seleção do Edital FEMA Nº 07. Os conselheiros que são favoráveis a aprovação do projeto 33 "A Expressão Artística na Educação Para o Consumo, Uma Abordagem Interdisciplinar", levantem a mão. Nenhum conselheiro se posicionou. Os conselheiros que são favoráveis a não aprovação do projeto 33 "A Expressão Artística na Educação Para o Consumo, Uma Abordagem Interdisciplinar",levantem a mão. Então **o projeto 33 "A Expressão Artística na Educação Para o Consumo, Uma Abordagem Interdisciplinar", não foi aprovado por unanimidade.**

"Projeto Carta da Terra Nas 100 Linguagem das Crianças"

Instituição Proponente: Organização Neo Humanitarismo Universalista Núcleo de Educação Ambiental.

Objetivo: A "Carta da Terra Nas 100 Linguagem das Crianças", tem um grande potencial educativo, podendo ser utilizada na sociedade como recurso no processo de ensinar e de aprender, e desse modo colaborar na co educação de gerações para comunicação e a sustentabilidade, nessa dinâmica tem condições de incentivar a sociedade e repensar a prática de ensino no sentido de criar espaço para que junto com as crianças e adolescentes possam transmitir e compartilhar o legado ambientalista.

Duração do Projeto: 12 meses.

Parecer da CAV: Segundo a CAV o projeto não atende aos critérios de seleção do Edital FEMA Nº 07. Os conselheiros que são favoráveis a aprovação do projeto "Carta da Terra Nas 100 Linguagem das Crianças"levantem a mão. Nenhuma manifestação. Os conselheiros que são favoráveis a não aprovação do projeto"Carta da Terra Nas 100 Linguagem das Crianças" levantam a mão. Então **o projeto "Carta da Terra Nas 100 Linguagem das Crianças" não foi aprovado por unanimidade.**

“Projeto Educação Ambiental e Cidadã Integrando Ações de Agricultura Urbana e Economia Solidária e Segurança Alimentar”.

Instituição Proponente: Instituto POLIS

Objetivo: Articular e capacitar instituições, pessoas e organizações sociais locais, desenvolvendo ações integradas nas áreas de agricultura urbana, segurança alimentar e adicional, e economia solidária, que contribuam para a construção da cidadania para melhoria da qualidade e vida dos grupos envolvidos e para a promoção sustentável do meio ambiente.

Duração do Projeto: 12 meses.

Parecer da CAV: Segundo a CAV o projeto não atende aos critérios de seleção do Edital FEMA Nº 07. Os conselheiros que são favoráveis a aprovação do projeto “Educação Ambiental e Cidadã Integrando Ações de Agricultura Urbana e Economia Solidária e Segurança Alimentar”, levantem a mão. Nenhum conselheiro se pronunciou. Os conselheiros que são favoráveis a não aprovação do projeto “Educação Ambiental e Cidadã Integrando Ações de Agricultura Urbana e Economia Solidária e Segurança Alimentar” levantem a mão. Então o projeto **“Educação Ambiental e Cidadã Integrando Ações de Agricultura Urbana e Economia Solidária e Segurança Alimentar”, não foi aprovado por unanimidade.**

Projeto “Vamos Entrar na Roda, Formação de Agentes Ambientais em Paraisópolis”

Instituição Proponente: Espaço Múltiplo de Inclusão Social.

Objetivo: Instigar as famílias vizinhas ao Geraldão, quanto a situação do córrego para que juntas com o poder público, encontrem soluções para poderem obter uma melhor qualidade de vida relacionadas as questões de reciclagem e diminuição de uso das reservas naturais, reaproveitamento de alimentos, instalações de horta doméstica, higiene e prevenção de doenças.

Duração do Projeto: 12 meses.

Parecer da CAV: Segundo a CAV o projeto não atende aos critérios de seleção do Edital FEMA Nº 07. Os conselheiros que são favoráveis a aprovação do projeto “Vamos Entrar na Roda Formação de Agentes Ambientais em Paraisópolis”, levantem a mão. Os conselheiros que não são favoráveis a aprovação do projeto “Vamos Entrar na Roda Formação de Agentes Ambientais em Paraisópolis”, levantem a mão. Então o **projeto “Vamos Entrar na Roda Formação de Agentes Ambientais em Paraisópolis” não foi aprovado por unanimidade.**

Projeto “Recanta Memorial Cantareira”.

Instituição Proponente: Rede de Cooperação da Cantareira Recanta.

Objetivo: Promover o fortalecimento de uma grande floresta dentro de uma grande cidade, e mitigação dos principais fatores de degradação sócio ambiental que ameaçam atualmente a Serra da Cantareira com a consolidação da rede de cooperação da Cantareira que promoverá um trabalho sócio ambiental local de mais qualidade.

Duração do Projeto: 12 meses.

Parecer da CAV: Segundo a CAV o projeto não atende aos critérios de seleção do Edital FEMA 07/2009. Os conselheiros que são favoráveis a aprovação do projeto "Recanta Memorial Cantareira" levantem a mão. Os conselheiros que são favoráveis a não aprovação do projeto "Recanta Memorial Cantareira" levantem a mão. Então **o projeto "Recanta Memorial Cantareira" não foi aprovado por unanimidade.**

Projeto Reducarte.

Instituição Proponente: Instituto Educa Brasil.

Considerado desistente por não seguir as normas do Edital FEMA Nº 07 na fase da entrega do projeto, e a entidade já foi notificada anteriormente.

Projeto 44 "De Olho na Aldeia"

Instituição Proponente: Sociedade Ecológica Amigos do Embú.

Objetivo: Estimular o uso adequado do Parque Ibirapuera de forma que a conduta sustentável permita o surgimento de uma qualidade que instrumentalize e subestime uma percepção integradora do ambiente natural e cultural.

Duração do Projeto: 12 meses.

Parecer da CAV: Segundo a CAV o projeto não atende aos critérios de seleção do Edital FEMA Nº 07. Os conselheiros que são favoráveis a aprovação do projeto "De Olho na Aldeia" levantem a mão. Ninguém se pronunciou Os conselheiros que são favoráveis a não aprovação do projeto "De Olho na Aldeia" levantem a mão. Então **o projeto "De Olho na Aldeia" não foi aprovado por unanimidade.** Falta então só o do Sala Verde, Cidade Ademar Capela do Socorro? Está bem, nós temos quorum não é Rubens? Obrigada. Vamos esperar a Márcia? Acho que a subprefeitura não chegou.

Cons. Mônica Borba: Bom, isso aí é só para vocês verem não é? Quando vocês dão esses calhamaços para os conselheiros, como é difícil encontrar as coisas, como nós precisamos das coisas do material resumido e organizado, olhando o que foi passado nas reuniões anteriores, o que vai ser para o futuro, precisa ter uma pessoa só para organizar, isso para nós podemos aprovar, não aprovar 20 projetos, 10, 15 projetos, não é? super importante.

Orador não identificado: (incompreensível, não falou no microfone).

Coordenadora Helena Magozo: Então vamos lá, vamos para a deliberação do projeto "Sala Verde, Cidade Ademar e Capela do Socorro".

Instituição Proponente: Associação Congregação de Santa Catarina.

Objetivo: Reforçar e dar continuidade as ações de sensibilização e mobilização sócio ambiental, desenvolvidas no projeto Sala Verde, Cidade Ademar, na comunidade nos distritos de Pedreira e Cidade Ademar, e multiplicar a experiência desse projeto, reeditando a experiência para a comunidade de Capela do Socorro com a proposta do

projeto Sala Verde Cidade Ademar e Capela do Socorro, consolidando a relação entre meio ambiente e saúde, educação e cultura dentro de uma metodologia de construção participativa e integrada de intervenções locais.

Parecer da CAV: Segundo a CAV o projeto atende aos critérios de seleção do Edital FEMA Nº 07/2009. Então vamos para a deliberação. Os conselheiros que são favoráveis a aprovação do projeto "Sala Verde, Cidade Ademar Capela do Socorro" levantem a mão. Então **o projeto "Sala Verde, Cidade Ademar Capela do Socorro" está aprovado por unanimidade.**

Coordenadora :É isso gente, eu agradeço a presença, a subprefeitura não chegou a tempo. Muito obrigada.

Orador não identificado: (incompreensível não falou no microfone).

Cons. Mônica Borba: Pessoal eu só queria fazer, na semana que vem, eu não vou estar presente, eu não vou estar em São Paulo, Luis você vai esta? Então assim, na outra na semana do dia 15, eu vou estar presente, mas na semana que vem eu já queria deixar registrado que eu não vou estar em São Paulo, não vou poder participar . Obrigada.